

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ISSN 1676-1375
ISBN 85-7173-008-3

ÍNDICE SOCIAL MUNICIPAL AMPLIADO PARA O RIO GRANDE DO SUL — 1991-98

Coordenador do Núcleo de Indicadores Sociais (NIS):

Carlos Roberto Winckler

Equipe técnica:

Cláudio Dias Barbieri

Hélio Puig Gonzalez

Ricardo Rossi da Silva Couto

Salvatore Santagada

Alberto Luiz de Medeiros (auxiliar)

Documentos FEE n. 48

Porto Alegre, março de 2002



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL

Estado da Participação Popular
Secretaria da Coordenação e Planejamento

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidente:** José Antonio Fialho Alonso. **Membros:** André Meyer da Silva, Ernesto Dornelles Saraiva, Ery Bernardes, Eudes Antidis Missio, Nelson Machado Fagundes e Ricardo Dathein.

CONSELHO CURADOR: Edison Deffenti, Francisco Hypólito da Silveira e Suzana de Medeiros Albano.

DIRETORIA:

PRESIDENTE: JOSÉ ANTONIO FIALHO ALONSO
DIRETOR TÉCNICO: FLÁVIO B. FLIGENSPAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO: CELSO ANVERSA

CENTROS:

ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Guilherme Xavier Sobrinho
PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO: Roberto da Silva Wiltgen
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS: Jorge da Silva Accurso
INFORMÁTICA: Antônio Ricardo Belo
EDITORIAÇÃO: Valesca Casa Nova Nonnig
RECURSOS: Antonio Cesar Gargjoni Nery

I 39 Índice social municipal ampliado para o Rio Grande do Sul – 1991-98 / Equipe técnica Cláudio Dias Barbieri...[et al.] – Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2001. – 72 p. : il., mapa + anexo (Cd-rom). - (Documentos FEE ; n.48).

ISSN 1676-1375

ISBN 85-7173-008-3

1. Indicadores econômicos – Municípios – Rio Grande do Sul. 2. Indicadores sociais – Municípios – Rio Grande do Sul. 3. Qualidade de vida – Municípios – Rio Grande do Sul. I. Barbieri, Cláudio Dias, 1951- . II. Puig Gonzalez, Hélio, 1947- . III. Couto, Ricardo Rossi da Silva, 1948- . IV. Santagada, Salvatore, 1951- . V. Medeiros, Alberto Luiz, 1953- . VI. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. VII. Série.

CDU 316.334.2 (816.5)

CIP Ivete Lopes Figueiró
CRB10-509

Tiragem: 100 exemplares.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)
Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283
Fone: (51) 3216-9049 — Fax: (51) 3225-0006
E-mail: diretoria@fee.tche.br
www.fee.tche.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 - INTRODUÇÃO	7
2 - METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO ISMA DO RS	9
2.1 - Índice Social Municipal Ampliado	10
2.2 - Índice de Condições de Domicílio e Saneamento	10
2.2.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Condições de Domicílio e Saneamento	11
2.3 - Índice de Educação	15
2.3.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Educação	16
2.4 - Índice de Saúde	20
2.4.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Saúde	21
2.5 - Índice de Renda	25
2.5.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Renda	25
3 - DESEMPENHO DO ISMA DE 1998 DOS MUNICÍPIOS DO RS ...	31
3.1 - ISMA dos 20 municípios melhor classificados	31
3.2 - ISMA dos 20 municípios pior classificados	32
3.3 - ISMA dos municípios com mais de 100.000 habitantes	34
3.4 - ISMA dos blocos de índices	35
3.4.1 - Bloco Condições de Domicílio e Saneamento	35
3.4.2 - Bloco Educação	40
3.4.3 - Bloco Saúde	44
3.4.4 - Bloco Renda	48
4 - DESEMPENHO DO ISMA DE 1998 DOS COREDES DO RS	53
4.1 - ISMA dos blocos de índices	55
4.1.1 - Bloco Condições de Domicílio e Saneamento	55
4.1.2 - Bloco Educação	56
4.1.3 - Bloco Saúde	57
4.1.4 - Bloco Renda	58
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
BIBLIOGRAFIA	67

APRESENTAÇÃO

O Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) referente ao período 1991-98 dá seqüência ao trabalho elaborado para o período 1991-96, incluído na série **Documentos FEE, nº 45**, (Bensussan, coord., 2000) e publicado em janeiro de 2000, pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Este trabalho inclui os anos mais recentes, 1997 e 1998, compondo o período 1991-98. No presente estudo, são apresentados os resultados para todos os municípios e para os Conselhos Regionais de Desenvolvimento¹ (Coredes) do Estado. A atualização do Índice Social Municipal Ampliado envolve 14 indicadores, município por município, que são disponibilizados por diferentes fontes, o que implica uma defasagem de dois anos na sua elaboração. Apesar disso, o ISMA é um índice importante para avaliar a evolução das condições sociais dos municípios gaúchos. A análise dos resultados baseia-se na comparação do ISMA de 1998 com a média do ISMA de 1991-96, bem como na comparação de 1998 com 1991, possibilitando verificar alterações ocorridas.

O ISMA procura elencar os municípios e os Coredes do Estado segundo suas condições sociais e econômicas. Para tanto, leva em consideração a situação do município em relação a quatro grupos de indicadores: **Condições de Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda**.

No que se refere a **Condições de Domicílio e Saneamento**, foram selecionados os indicadores: Média de Moradores por Domicílio; Proporção de Domicílios Urbanos Abastecidos com Água Tratada; e Proporção de Domicílios Urbanos com Coleta de Esgoto Cloacal.

No bloco **Educação**, os indicadores utilizados foram: Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental; Taxa de Evasão no Ensino Fundamental; Taxa de Atendimento no Ensino Médio; e Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade.

Os indicadores selecionados no bloco **Saúde** foram: Leitos Hospitalares por 1.000 Habitantes; Número de Médicos por 10.000 Habitantes; Percentual de Crianças Nascidas com Baixo Peso; e Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos.

¹ Os Coredes são fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional, sendo em número de 22. Foram criados pela Lei Estadual nº 10.283, de 17.10.94, e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28.12.94.

O bloco **Renda** é composto pelos indicadores: Concentração de Renda de Gini; Proporção da Despesa Social no Orçamento Municipal (educação e cultura; habitação e urbanismo; saúde e saneamento; e assistência e previdência); e o Produto Interno Bruto *Per Capita*.

A utilização de um conjunto de 14 indicadores, distribuídos em quatro blocos, permite uma avaliação mais abrangente das condições de vida, assim como da exclusão social nos municípios do Estado, servindo, dessa forma, como um instrumento valioso para orientar as definições das políticas públicas.

Devido ao grande número de municípios (467), apresenta-se a análise para os 20 municípios melhor classificados e os 20 pior classificados, bem como para os 22 Coredes e destacam-se, ainda, os municípios com mais de 100.000 habitantes.

Ainda faz parte deste documento um CD-ROM, que contém um conjunto de tabelas com os índices do ISMA, o texto, os mapas dos Coredes por blocos para 1998 e o índice dos blocos para o período 1991-98.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de apresentar o ISMA para o Rio Grande do Sul, construído a partir dos indicadores sociais municipais selecionados, totalizando um número de 14 indicadores,¹ agrupados em quatro blocos, objetivando estabelecer um diferencial de condições de vida dos municípios, propiciando classificá-los do melhor ao pior. Entretanto há de se considerar que, em função da metodologia adotada, os índices são relativos ao conjunto de municípios, isto é, ele representa a posição do município em relação aos demais em cada ano.

O ISMA é um instrumento auxiliar na elaboração de políticas públicas, que permite elencar a situação dos municípios de acordo com suas carências relativas, por bloco de indicadores, contribuindo, dessa forma, para uma alocação mais criteriosa dos recursos públicos.

Os avanços em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, apresentado no **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil** (1996), e ao Índice de Desenvolvimento Social (Silveira e Sampaio, 1996), ambos com dados municipais de 1991, consistem na ampliação do número de variáveis, indicadores e seus correspondentes índices configurados em quatro blocos, que são: Condições de Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda.

Os indicadores que compõem cada bloco são os que seguem.

a) **Condições de Domicílio e Saneamento:**

- Média de Moradores por Domicílio (urbano e rural);
- Proporção de Domicílios Urbanos Abastecidos com Água Tratada;
- Proporção de Domicílios Urbanos com Coleta de Esgoto Cloacal.

b) **Educação** (áreas urbana e rural):

- Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental;
- Taxa de Evasão no Ensino Fundamental;
- Taxa de Atendimento no Ensino Médio;
- Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade.

¹ O presente trabalho refaz a série para os anos 1991-98, reduzindo os indicadores de 15 para 14. O indicador Unidades Ambulatoriais por 1.000 Habitantes foi retirado, devido à mudança de metodologia do Sistema Único de Saúde (SUS) na apresentação dos dados. Quanto ao restante, foram mantidos os critérios anteriores.

c) **Saúde** (áreas urbana e rural):

- Leitos Hospitalares por 1.000 Habitantes;
- Número de Médicos por 10.000 Habitantes;
- Percentual de Crianças Nascidas com Baixo Peso;
- Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos.

d) **Renda** (áreas urbana e rural):

- Concentração de Renda de Gini;
- Proporção da Despesa Social Municipal (educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, e assistência e previdência) em relação ao Total da Despesa;
- Produto Interno Bruto Municipal *Per Capita* a Custo de Fatores.

2 - METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO ISMA DO RS

Os indicadores selecionados para os anos de 1991 a 1998, com referência aos municípios do RS, originam Índices de Condições de Domicílio e Saneamento, Educação, Renda e Saúde; e, da composição destes, o Índice Geral do ISMA.

A transformação das diversas variáveis e indicadores em índices adimensionais, que podem assumir valores entre zero e um, foi feita de tal forma que aqueles mais elevados evidenciam melhores condições de vida. Assim, o índice do município mais elevado, o melhor, será referenciado como um, e os demais o tomarão como referência. Desse modo, quanto mais próximo de um, melhor colocado estará; e, quanto mais próximo de zero, pior colocado ficará.

A fórmula de cálculo para operar a transformação das variáveis e dos indicadores em índices é:

$$I_{nij} = \frac{X_{nij} - X_p}{X_M - X_p} \quad (1)$$

Onde:

I_{nij} é o índice do indicador n para o município i , no ano j ;

X_{nij} é o indicador n para o município i , no ano j ;

X_p é o pior valor do indicador n , do município i , no ano j ;

X_M é o melhor valor do indicador n , do município i , no ano j ;

$n = (1, \dots, 14)$;

Sendo:

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1 \dots 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1 \dots 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1 \dots 467$.

Cada indicador que compõe os índices de cada bloco participou com pesos definidos pela equipe técnica, de acordo com a importância relativa de cada indicador para as melhores condições de vida da população.

Após o cálculo do índice para cada bloco, foi feita uma regressão linear, por municípios e Coredes, de forma a facilitar a observação das diversas tendências.

O Índice Geral é resultante da média aritmética simples entre os quatro blocos, utilizando-se os dados obtidos através da regressão linear.

Os municípios e os Coredes são classificados (*ranking*) de acordo com o Índice Geral, onde o maior valor corresponde àquele com o melhor Índice Social Municipal Ampliado, enquanto o menor valor corresponde ao pior.

2.1 - Índice Social Municipal Ampliado

O ISMA consiste no resultado da média ponderada dos Índices: Condições de Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda do município *i*, no ano *j*.

O índice é representado pela equação:

$$\text{ISMA}_{ij} = p_1 \text{ICDS}_{ij} + p_2 \text{IE}_{ij} + p_3 \text{IS}_{ij} + p_4 \text{IY}_{ij} \quad (2)$$

Onde:

ISMA_{ij} é o Índice Social Municipal Ampliado do município *i*, no ano *j*;

ICDS_{ij} é o Índice de Condições de Domicílio e Saneamento do município *i*, no ano *j*;

IE_{ij} é o Índice de Educação do município *i*, no ano *j*;

IS_{ij} é o Índice de Saúde do município *i*, no ano *j*;

IY_{ij} é o Índice de Renda do município *i*, no ano *j*;

p_n é a ponderação do Índice (*n* = 1, 2, 3, 4); e

Σp_n = 1.

Sendo:

p₁ = p₂ = p₃ = p₄ = 0,25 (média aritmética entre os quatro blocos);

para **j** = 1991 e 1992, **i** = 1... 333;

para **j** = 1993 a 1996, **i** = 1... 427;

para **j** = 1997 e 1998, **i** = 1... 467.

A seguir, apresenta-se a descrição dos indicadores e dos índices resultantes.

2.2 - Índice de Condições de Domicílio e Saneamento

O Índice de Condições de Domicílio e Saneamento deriva da média ponderada dos indicadores: Média dos Moradores por Domicílios Totais (MM), Proporção de Domicílios Ligados à Rede Pública Urbana de Abastecimento de Água (PA) e Proporção de Domicílios Ligados à Rede Pública Urbana de Coleta de Esgoto Cloacal (PE).

O índice é representado pela equação:

$$\text{ICDS}_{ij} = p_1 \text{IMM}_{ij} + p_2 \text{IPA}_{ij} + p_3 \text{IPE}_{ij} \quad (3)$$

Onde:

ICDS_{ij} é o Índice de Condições de Domicílio e Saneamento do município *i*, no ano *j*;

IMM_{ij} é o Índice da Média de Moradores por Domicílio (urbano e rural) do município *i*, no ano *j*; o melhor município é o que apresenta a menor média, e o pior município corresponde a maior média;

IPA_{ij} é o Índice da Proporção de Domicílios Ligados à Rede Pública Urbana de Abastecimento de Água do município *i*, no ano *j*; o melhor município apresenta a maior proporção de atendimento, e o pior município mostra a menor proporção de atendimento;

IPE_{ij} é o Índice da Proporção de Domicílios Ligados à Rede Pública Urbana de Coleta de Esgoto Cloacal do município *i*, no ano *j*; o melhor município conta com o maior percentual de atendimento, e ao pior município cabe o menor percentual de atendimento;

p_n é a ponderação do Índice (*n* = 1, 2, 3); e

$$\sum p_n = 1.$$

Sendo:

$$p_1 = 0,40; \quad p_2 = 0,35; \quad p_3 = 0,25;$$

para *j* = 1991 e 1992, *i* = 1... 333;

para *j* = 1993 a 1996, *i* = 1... 427;

para *j* = 1997 e 1998, *i* = 1... 467.

2.2.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Condições de Domicílio e Saneamento

2.2.1.1 - Índice da Média de Moradores por Domicílio

São considerados os domicílios particulares permanentes, segundo a definição do IBGE. Vale dizer, a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa.

A Média de Moradores por Domicílio (urbano e rural) é obtida dividindo-se o número de moradores totais (**NM**) pelo número de domicílios permanentes totais (**ND**) do município *i*, no ano *j*.

Para o cálculo do Índice, considera-se a menor média de moradores com o melhor valor; portanto, quanto menor for a média de moradores, a tendência será uma melhor condição de vida no município.

A equação geral para o município i , no ano j , é a seguinte:

$$MM_{ij} = NM_{ij} / ND_{ij} \quad (4)$$

Onde:

MM_{ij} é a Média de Moradores por Domicílio;

NM_{ij} é o Número Total de Moradores;

ND_{ij} é o Número Total de Domicílios;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1... 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1... 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1... 467$.

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1991; características gerais da população e instrução (1994). Rio de Janeiro: IBGE.

CONTAGEM da população 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro: IBGE. 2v. CD-Rom.

SINOPSE preliminar do Censo Demográfico de 2000 (2001). Rio de Janeiro: IBGE. CD-Rom.

NOTA: Estimativas da FEE para o período 1992-95 (interpolação) e 1997-98 interpolação com 1996 (Contagem..., 1997; Sinopse..., 2001).

2.2.1.2 - Índice da Proporção de Domicílios Urbanos Abastecidos com Água Tratada (PA_{ij})

A Proporção de Domicílios, nas zonas urbanizadas do município i , no ano j , com abastecimento de água tratada reflete a prestação de um serviço público que abrange desde a captação de água bruta, o tratamento e a distribuição à população por rede de canalização. Deve ser efetuado um controle de qualidade, visando atender aos padrões de água potável do Ministério da Saúde. O referido indicador é obtido dividindo-se o Número de Economias Residenciais Abastecidas com Água Tratada (**NEA**) pelo Número Total de Domicílios Urbanos (**NDU**).

No RS, a maioria dos municípios é atendida através da prestação de serviços da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Os demais são atendidos pelos próprios municípios, muitos dos quais não dispõem de sistemas adequados. Podem-se destacar seis autarquias municipais, com sistemas independentes de administração e gerenciamento de água e esgoto: Bagé, Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Santana do Livramento e São Leopoldo.

Outra fonte de informações para essa variável é a Secretaria Estadual de Saúde/Divisão de Vigilância Sanitária — Setor de Controle da Qualidade da Água. A mesma fiscaliza os municípios quanto à qualidade da água potável fornecida à população.

A equação geral para o município i , no ano j , é a seguinte:

$$PA(u)_{ij} = NEA_{ij} / NDU_{ij} \quad (5)$$

Onde:

NEA_{ij} é o Número de Economias Residenciais Urbanas Abastecidas com Água Tratada;

NDU_{ij} é o Número de Domicílios Urbanos Totais;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1... 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1... 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1... 467$.

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1991; características gerais da população e instrução (1994). Rio de Janeiro: IBGE.

CONTAGEM da população 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro: IBGE. 2v. CD-Rom.

SINOPSE preliminar do Censo Demográfico de 2000 (2001). Rio de Janeiro: IBGE. CD-Rom.

CORSAN/RS.

Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.

Sistemas Autárquicos Independentes Municipais (Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Santana do Livramento, São Borja, São Leopoldo).

Observações

- Corsan — nos municípios abastecidos por uma só estação (sistemas integrados), foram feitas as médias ponderadas de atendimento em relação aos domicílios urbanos totais.
- SES — informações relativas a 15 municípios. Para o ano 1996, os dados foram considerados iguais aos de 1997. Para o período 1991-95, fez-se uma estimativa considerando-se a taxa de crescimento média de atendimento dos municípios do Estado; para os anos 1997 e 1998, foram utilizados os dados existentes (percentuais de atendimento das populações como iguais aos dos domicílios ligados).
- Bagé — sistema autárquico independente. Para o período 1991-96, o Sistema Autárquico não possuía dados. Assim, utilizou-se o Censo do IBGE de 1991, e, para o período 1992-96, fez-se projeção com base na taxa de crescimento médio do Estado. Para 1998, há dados informados do Sistema Autárquico, e, para 1997, foi feita interpolação entre 1996 e 1998.

- Para os 40 novos municípios emancipados a partir de 1997, o número de domicílios foi estimado da seguinte forma: para 1997, dividiu-se a população urbana de 1997 pela média de moradores de 2000; para 1998, o número de domicílios foi estimado pela interpolação entre o número de domicílios estimado para 1997 e o do ano de 2000, este último calculado com as informações do ano 2000 (população urbana e média de moradores).
- No número total de domicílios nas áreas urbanas, foram incluídos os domicílios de uso ocasional, corrigidos pela **Sinopse do Censo do IBGE** de 1991, inclusive para os 40 municípios novos (em 1997, corrigiu-se pelos dados da **Sinopse do Censo do IBGE** de 2000). Essa correção tornou-se necessária, tendo em vista que as informações de economias urbanas ligadas com água tratada contemplam os domicílios de uso ocasional, a fim de evitar distorções, principalmente em municípios com balneários e sítios de lazer.

2.2.1.3 - Índice da Proporção de Domicílios Urbanos com Coleta de Esgoto Cloacal (PE_{ij})

Trata-se da proporção de domicílios, nas zonas urbanizadas, do município i , no ano j , com uso da instalação sanitária só do domicílio e com escoadouro ligado à rede geral pública independente de coleta de esgoto cloacal. No RS, a maioria dos municípios tem convênio com a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Nos demais, o dever do atendimento é do próprio município, onde a grande maioria dos mesmos não dispõe de rede geral de coleta de esgoto cloacal.

A equação geral para o município i , no ano j , é a seguinte:

$$PE(u)_{ij} = NEE_{ij} / NDU_{ij} \quad (6)$$

Onde:

NEE_{ij} é o Número de Economias Urbanas Ligadas à Rede de Esgoto;

NDU_{ij} é o Número de Domicílios Urbanos Totais;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1 \dots 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1 \dots 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1 \dots 467$.

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1991; características gerais da população e instrução (1994). Rio de Janeiro: IBGE.

CONTAGEM da população 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro: IBGE. 2v. CD-Rom.

SINOPSE preliminar do Censo Demográfico de 2000 (2001). Rio de Janeiro: IBGE. CD-Rom.

CORSAN/RS.

Sistemas Autárquicos Independentes Municipais (Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Santana do Livramento, São Borja, São Leopoldo).

Observações

- Bagé — sistema autônomo independente. Foi considerada a informação do município referente a 1991 — única existente — e mantida constante até 1996; para 1998, há dados informados; e, para 1997, foi feita a interpolação entre 1996 e 1998.
- O número total de domicílios nas áreas urbanas dos municípios é o mesmo dado utilizado para a água tratada.
- Poderá haver eventuais distorções nos dados relativos ao atendimento de coleta de esgoto cloacal em alguns municípios, devido à coleta em rede mista, isto é, cloacal e pluvial juntas.

2.3 - Índice de Educação

O Índice de Educação advém da média ponderada dos indicadores: Taxa de Evasão no Ensino Fundamental (primeiro grau); Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental (primeiro grau); Taxa de Atendimento do Ensino Médio (segundo grau); e Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade no município i , no ano j .

Esse índice é representado pela equação:

$$IE_{ij} = p_1 ITxE_{ij} + p_2 ITxR_{ij} + p_3 ITx2^o_{ij} + p_4 ITANALF_{15 e + (ij)} \quad (7)$$

Onde:

IE_{ij} é o Índice de Educação no município i , no ano j ;

$ITxE_{ij}$ é o Índice da Taxa de Evasão no município i , no ano j ;

$ITxR_{ij}$ é o Índice da Taxa de Reprovação no município i , no ano j ;

$ITx2^o_{ij}$ é o Índice da Taxa de Atendimento no Ensino Médio (segundo grau) no município i , no ano j ;

$ITANALF_{15 e + (ij)}$ é o Índice da Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 Anos e Mais no município i , no ano j ;

p_n é a ponderação do Índice ($n=1..5$); e
 $\sum p_n = 1$.

Sendo:

$p_1 = 0,25$; $p_2 = 0,20$; $p_3 = 0,20$; $p_4 = 0,35$;
 para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1... 333$;
 para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1... 427$;
 para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1... 467$.

2.3.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Educação

2.3.1.1 - Índice da Taxa de Evasão no Ensino Fundamental (primeiro grau)

Consiste na razão entre o número de alunos evadidos em todas as séries do ensino fundamental e a matrícula total nesse nível.

A equação é a seguinte:

$$TxE_{ij} = (AE_{ij} \times 100) / MT_{ij} \quad (8)$$

Onde:

TxE_{ij} é a Taxa de Evasão no município i , no ano j , considerando-se que o melhor município é o que apresenta a menor taxa, e o pior município é o que apresenta a maior taxa;

AE_{ij} é o Número de Alunos Evadidos no município i , no ano j ;

MT_{ij} é a Matrícula Total no município i , no ano j ;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1... 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1... 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1... 467$.

FONTE: 1991-98: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul.

Observações

- As taxas de evasão, na maioria dos municípios, em especial nas pequenas comunidades, de um ano para outro, assumem valores com grande variabilidade. A taxa, num determinado ano, é alta e, no ano seguinte, mostra-se baixa, por essa razão trabalhou-se com médias móveis para evitar oscilações.
- Nos anos de 1991 e 1992 (com 333 municípios), foi feita a média das taxas de evasão, com os resultados sendo computados em 1991 e 1992. Por sua vez, as médias dos anos 1993, 1994 e 1995 (com 427

municípios) foram utilizadas para representar as informações relativas a 1993 e 1994. A mesma orientação foi usada no cálculo da média dos anos 1994, 1995 e 1996 (com 427 municípios), com os valores encontrados valendo para 1995 e 1996. Nos anos 1997 e 1998 (com 467 municípios), foi feita a média das taxas de evasão, com os resultados sendo computados para 1997 e 1998.

2.3.1.2 - Índice da Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental (primeiro grau)

Trata-se da razão entre o número de alunos reprovados no ensino fundamental e a matrícula final neste nível.

A equação é a seguinte:

$$\mathbf{TxR}_{ij} = (\mathbf{AR}_{ij} \times 100) / \mathbf{MF}_{ij} \quad (9)$$

Onde:

\mathbf{TxR}_{ij} é a Taxa de Reprovação no município i , no ano j ;

\mathbf{AR}_{ij} é o Número de Alunos Reprovados no município i , no ano j ;

\mathbf{MF}_{ij} é a Matrícula Final no município i , no ano j ;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1 \dots 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1 \dots 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1 \dots 467$.

FONTE: 1991-98: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul.

Observações

- As taxas de reprovação, na maioria dos municípios, em especial nas pequenas comunidades, de um ano para outro, assumem valores com grande variabilidade. A taxa, num determinado ano, mostra-se alta e, no seguinte, é baixa, por essa razão trabalhou-se com médias móveis para evitar oscilações.
- Nos anos 1991 e 1992 (com 333 municípios), foi feita a média das taxas de reprovação, com os resultados sendo computados para 1991 e 1992. Por seu turno, a média dos anos 1993, 1994 e 1995 (com 427 municípios) foi utilizada para representar as informações para 1993 e 1994. A mesma orientação foi usada no cálculo da média dos anos 1994, 1995 e 1996 (com 427 municípios), com os valores encontrados valendo para 1995 e 1996. Nos anos 1997 e 1998 (com 467 municípios), foi feita a média das taxas de reprovação, com os resultados sendo computados em 1997 e 1998.

2.3.1.3 - Índice da Taxa de Atendimento no Ensino Médio (segundo grau)

Trata-se da relação entre o total de alunos de 15 a 19 anos, que afirmaram estar freqüentando o ensino médio (segundo grau), exceto o ensino supletivo, e a população nessa faixa etária.

A equação é a seguinte:

$$Tx2^0_{ij} = (E2^0_{ij} \times 100) / POP_{15-19 \text{ anos } ij} \quad (10)$$

Onde:

$Tx2^0_{ij}$ é a Taxa de Atendimento no Ensino Médio (segundo grau) no município i , no ano j ;

$E2^0_{ij}$ é o Total de Estudantes que Freqüentavam o Ensino Médio (segundo grau) no município i , no ano j ;

$POP_{15-19 \text{ anos } ij}$ é a População de 15 a 19 anos no município i , no ano j ;
 para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1... 333$;
 para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1... 427$;
 para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1... 467$.

FONTE: 1991: CENSO DEMOGRÁFICO 1991; características gerais da população e instrução (1994). Rio de Janeiro: IBGE. p. 142-145, tab. 2.10.

1996: CONTAGEM da População 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro: IBGE. v. 2, tab. 79.

Observações

- A taxa de atendimento no ensino médio foi calculada com base nos valores dos anos 1991 e 1996, sendo feita uma interpolação para os anos de 1992 a 1995. A taxa de crescimento do Estado foi utilizada para estimar a taxa de atendimento dos municípios novos (94 instalados a partir de 1993). Partindo-se das informações de 1996, reconstituíram-se os anos 1993, 1994 e 1995. A taxa de atendimento no ensino para os anos 1997 e 1998 foi calculada a projeção linear a partir do comportamento da variável entre o ano 1991 e 1996 (427 municípios). A taxa encontrada na projeção linear foi utilizada para estimar a taxa de atendimento dos municípios novos (40 instalados a partir de 1997). Entre os 40 novos municípios, em 32 foram imputadas as taxas de seu município de origem. Nos oito restantes, que tinham dois ou mais municípios-mães, foram calculadas as taxas de atendimento, utilizando-se a média ponderada entre as taxas de atendimento encontradas para 1997 e 1998, dos municípios de origem, e o total da população de 1997 e 1998 desses municípios novos.

- Considerou-se como freqüentando escola a pessoa que, na data de referência do censo e da contagem, estava estudando em curso regular.

2.3.1.4 - Índice da Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade

Mostra a relação entre o número de analfabetos e o total das pessoas do mesmo grupo etário. Consideraram-se analfabetas a pessoa de 15 anos e mais de idade que não é capaz de ler ou escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece e a que apenas assina o próprio nome (1991) e/ou sem instrução e com menos de um ano de estudo (1996).

A equação é a seguinte:

$$\text{TANALF}_{15 \text{ ou } + (ij)} = [\text{PANALF}_{15 \text{ ou } + (ij)} / \text{POP}_{15 \text{ ou } (ij)}] * 100 \quad (11)$$

Onde:

TANALF_{15 ou + (ij)} é a Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 Anos ou Mais no município **i**, no ano **j**;

PANALF_{15 ou + (ij)} é a população de 15 anos ou mais, que não é capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples e/ou sem instrução e com menos de um ano de estudo, do município **i**, no ano **j**;

POP_{15 ou + (ij)} é a população de 15 anos ou mais no município **i**, no ano **j**;

para **j** = 1991 e 1992, **i** = 1... 333;

para **j** = 1993 a 1996, **i** = 1... 427;

para **j** = 1997 e 1998, **i** = 1... 467.

FONTE: 1991: CRIANÇAS e adolescentes: indicadores sociais; banco de dados em formato tabular: Censo demográfico de 1991 (1995). Rio de Janeiro: IBGE/UNICEF. (disquete).

1996: CONTAGEM da população 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro: IBGE. v. 2, p. 642.

Observações

- A taxa de analfabetismo foi calculada com base nos valores dos anos 1991 e 1996, sendo feita uma interpolação para os anos 1992 a 1995. A taxa de crescimento do Estado foi utilizada para estimar a taxa de atendimento dos municípios novos (94 instalados a partir de 1993). Partindo-se das informações de 1996, reconstituíram-se os anos de 1993, 1994 e 1995.

- Partindo-se das informações de 1996, repetiu-se essa taxa para os anos 1997 e 1998 para os 427 municípios já existentes. A taxa encontrada foi utilizada para imputar a taxa de atendimento dos municípios novos (40 instalados a partir de 1997). Entre os 40 novos municípios, em 32 foram imputadas as taxas de analfabetismo de seu município de origem. Para os oito restantes que provinham de dois ou mais municípios-mães, foram calculadas as taxas de analfabetismo, utilizando-se a média ponderada entre as taxas de analfabetismo, encontradas para 1997 e 1998, dos municípios de origem e o total da população de 1997 e 1998 desses municípios novos.

2.4 - Índice de Saúde

O Índice de Saúde resulta da média ponderada: Razão Leitos Hospitalares do SUS por 1.000 Habitantes, Logaritmo de Base 10 da Razão Médicos por 10.000 Habitantes, Percentual de Crianças com Baixo Peso ao Nascer e a Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos (TMM5) no município i , no ano j .

O Índice de Saúde é representado pela equação:

$$IS_{ij} = p_1 IRazL_{ij} + p_2 ILogRazM_{ij} + p_3 IPBp_{ij} + p_4 ITMM5_{ij} \quad (12)$$

Onde:

IS_{ij} é o Índice de Saúde no município i , no ano j ;

$IRazL_{ij}$ é o Índice da Razão de Leitos Hospitalares por 1.000 Habitantes no município i , no ano j ;

$ILogRazM_{ij}$ é o Índice do Logaritmo de Base 10 da Razão Médicos por 10.000 Habitantes no município i , no ano j ;

$IPBp_{ij}$ é o Índice do Percentual de Crianças com Baixo Peso ao Nascer no município i , no ano j ;

$ITMM5_{ij}$ é o Índice da Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos no município i , no ano j ;

p_n é a ponderação do Índice ($n = 1, 2, 3, 4, 5$); e

$$\sum p_n = 1.$$

Sendo:

$$p_1 = 0,20; \quad p_2 = 0,20; \quad p_3 = 0,30; \quad p_4 = 0,30;$$

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1 \dots 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1 \dots 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1 \dots 467$.

2.4.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Saúde

2.4.1.1 - Índice da Razão de leitos hospitalares por 1.000 Habitantes

Mensura a distribuição de leitos hospitalares do SUS por 1.000 habitantes. É determinado pela multiplicação do número de leitos por 1.000 e divididos pelo total da população do município i , no ano j .

A equação é a seguinte:

$$\mathbf{RazL_{ij} = (L_{ij} * 1000) / POP_{ij}} \quad \mathbf{(13)}$$

Onde:

$\mathbf{RazL_{ij}}$ é a Razão de Leitos Hospitalares por 1.000 Habitantes no município i , no ano j ;

$\mathbf{L_{ij}}$ são os Leitos no município i , no ano j ;

$\mathbf{POP_{ij}}$ é a População Total do município i , no ano j ;

para $\mathbf{j} = 1991$ e 1992 , $\mathbf{i} = 1... 333$;

para $\mathbf{j} = 1993$ a 1996 , $\mathbf{i} = 1... 427$;

para $\mathbf{j} = 1997$ e 1998 , $\mathbf{i} = 1... 467$.

FONTE: 1999: DATASUS.

2.4.1.2 - Índice da Razão Médicos por 10.000 Habitantes

Identifica o número de médicos por 10.000 habitantes e dividido pela população total do município i , no ano j . Esse valor foi transformado em logaritmo de base 10 para diminuir a dispersão das informações.

A equação é a seguinte:

$$\mathbf{LogRazM_{ij} = M_{ij} . 10.000 / POP_{ij}} \quad \mathbf{(14)}$$

Onde:

$\mathbf{LogRazM_{ij}}$ é o Logaritmo da Razão Médicos por 10.000 habitantes no município i , no ano j ;

$\mathbf{M_{ij}}$ é o Número de Médicos no município i , no ano j ;

$\mathbf{POP_{ij}}$ é a População Total do município i , no ano j ;

para $\mathbf{j} = 1991$ e 1992 , $\mathbf{i} = 1... 333$;

para $\mathbf{j} = 1993$ a 1996 , $\mathbf{i} = 1... 427$;

para $\mathbf{j} = 1997$ e 1998 , $\mathbf{i} = 1... 467$.

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (1991k-1998). Brasília : Ministério Trabalho Emprego. CD-Rom.

Observações

- Em 1991, dos 333 municípios, 167 têm informações, totalizando 10.065 médicos. Desse total, foram subtraídos 43 médicos que estavam com localização ignorada, na base RAIS/MTE, restando 10.022 para o cálculo do indicador.
- Em 1992, dos 333 municípios, 193 têm informações, totalizando 11.560 médicos. Desse total, foram subtraídos cinco médicos que estavam com localização ignorada, ficando 11.555 para o cálculo do indicador.
- Em 1993, dos 427 municípios, 205 têm informações, totalizando 8.540 médicos. Desse total, foram subtraídos 31 médicos que estavam com localização ignorada, restando 8.509 para o cálculo do indicador.
- Em 1994, dos 427 municípios, 236 têm informações, totalizando 8.485 médicos. Foram subtraídos quatro médicos que estavam com localização ignorada, ficando 8.481 para o cálculo do indicador.
- Em 1995, dos 427 municípios, 309 têm informações, totalizando 10.698 médicos. Foram subtraídos 59 médicos do Município de Ponte Preta. Esse município de baixa população (2.315 habitantes) não apresentava médicos nos anos 1993 e 1994, assim como também não tinha em 1997 e, por essa razão, ficou com o valor zero, restando 10.639 para o cálculo do indicador.
- Em 1996, dos 427 municípios, 282 têm informações, totalizando 9.400 médicos. Foram subtraídos 40 médicos do Município de Ponte Preta (2.332 habitantes), pela mesma razão que ocorreu no ano anterior, o Município ficou com o valor zero, restando 9.360 para o cálculo do indicador.
- Em 1997, dos 467 municípios, totalizaram 11.252 médicos, porém foram subtraídos 34 médicos que estavam em município ignorado, ficando 11.218 médicos para o cálculo do indicador.
- O Município de Mormaço apresentou 1.223 médicos, que foram identificados pelo gestor da base RAIS/MTE com valor a ser incorporado no Município de Porto Alegre, que ficou com 5.662, e Mormaço, com zero.

2.4.1.3 - Índice do Percentual de Crianças com Baixo Peso ao Nascer

É o número de crianças nascidas com menos de 2,5kg no município multiplicado por 100 e dividido pelo número total de crianças nascidas-vivas no município *i*, no ano *j*.

A equação é a seguinte:

$$PCBP_{ij} = NV (<2,5 \text{ kg})_{ij} \cdot 100 / NV_{ij} \quad (15)$$

Onde:

$PCBP_{ij}$ é o Percentual de Crianças com Baixo Peso ao Nascer no município i , no ano j ;

$NV_{(<2,5\text{kg})_{ij}}$ é o Número de Crianças Nascidas com menos de 2,5kg no município i , no ano j ;

NV_{ij} são os Nascidos Vivos no município i , no ano j ;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1 \dots 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1 \dots 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1 \dots 467$.

FONTE: ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL (1991). Rio de Janeiro: IBGE.

1999: DATASUS.

Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.

Observações

- Para os municípios que apresentaram número menor de 250 nascimentos por município/ano, foi considerada como estimativa a média de nascimentos com baixo peso relativa à microrregião (média dos anos) na qual esse município está inserido. Essas médias foram calculadas como segue.
- Para 1991, os dados foram imputados como sendo iguais aos de 1992.
- Para 1993, 1994 e 1995, a média desse período. Para 1996, a média dos anos 1994, 1995 e 1996, e, também, para 1997-98, a média desses anos. Na publicação **Estatísticas de Nascimento: Nascidos Vivos 1992-1995**, Porto Alegre, 1996, a variável Baixo Peso ao Nascer do Município Formigueiro apresentou, no ano de 1993, o valor de 69. Verificando-se a média da Delegacia de Saúde, constatou-se que o valor real é de 6,9.
- Nas tabelas do Datasus (1994 e 1995) de Baixo Peso ao Nascer, na classificação menos de 2,499 kg, sempre aparecem valores com localização ignorada que não foram computados.
- As imputações usadas para as microrregiões e os Coredes dos Indicadores de Baixo Peso ao Nascer, em 1991, ficaram iguais às de 1992.
- Em Datasus (1992 a 1996), em Mortalidade: Faixa Etária Menor de Um Ano, também aparecem valores com localização ignorada, os quais não foram computados.

2.4.1.4 - Índice da Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos (**TMM5**)

É determinada pela divisão do número de óbitos de crianças com menos de cinco anos, multiplicado por mil, pelo número de nascidos vivos no município **i**, no ano **j**.

A equação é a seguinte:

$$\mathbf{TMM5}_{ij} = \mathbf{O}_{(0-5\text{anos})ij} \cdot \mathbf{1.000} / \mathbf{NV}_{ij} \quad (16)$$

Onde:

TMM5_{ij} é igual à Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos no município **i**, no ano **j**;

O_{(0-5anos)ij} é igual a Óbitos de Crianças com Menos de Cinco Anos no município **i**, no ano **j**;

NV_{ij} é igual a Nascidos Vivos no município **i**, no ano **j**;

para **j** = 1991 e 1992, **i** = 1... 333;

para **j** = 1993 a 1996, **i** = 1... 427;

para **j** = 1997 e 1998, **i** = 1... 467.

FONTE: 1999: Datasus.

Observações

- No total do Estado, estão incluídos os Óbitos de Crianças com Menos de Cinco Anos, Razão Médico por 10.000 Habitantes, Percentual de Crianças com Baixo Peso ao Nascer e Nascidos Vivos, em que se ignora em qual município estão computados.

- No cálculo da **TMM5**, para os municípios que apresentaram número menor de 250 nascimentos por município/ano, foi considerada como estimativa a média de nascimentos com a taxa de mortalidade de menores de cinco anos, relativa à microrregião na qual esse município está inserido.

Essas médias foram calculadas como segue.

- Para o período 1991-92, as médias desses anos; para 1993, 1994 e 1995, a média desse período; para 1996, a média dos anos 1994, 1995 e 1996; e, para 1997 e 1998, a média desses anos.

2.5 - Índice de Renda

O Índice de Renda resulta da média ponderada dos Índices de Concentração de Renda de Gini, do Índice da Despesa Social Municipal e do Índice do Produto Interno Bruto Municipal *Per Capita* a Custo de Fatores no município *i*, no ano *j*.

O índice é representado pela equação:

$$IY_{ij} = p_1 IIG_{ij} + p_2 IDFS_{ij} + p_3 ILogPIBm_{ij} \quad (17)$$

Onde:

IY_{ij} é igual ao Índice de Renda no município *i*, no ano *j*;

IIG_{ij} é o índice calculado sobre o Índice de Concentração de Renda de Gini no município *i*, no ano *j*;

$IDFS_{ij}$ é o Índice da Proporção da Despesa Social Municipal em Relação à Despesa Total no município *i*, no ano *j*;

$ILogPIBm_{ij}$ é o Índice do Logaritmo do Produto Interno Bruto Municipal *Per Capita* a Custo de Fatores no município *i*, no ano *j*;

p_n é a ponderação do Índice ($n = 1,2,3$); e

$\Sigma p_n = 1$.

Sendo:

$p_1 = 0,33$; $p_2 = 0,33$; $p_3 = 0,33$;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1 \dots 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1 \dots 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1 \dots 467$.

2.5.1 - Variáveis e indicadores do Índice de Renda

2.5.1.1 - Índice de Concentração de Renda de Gini

A renda de um país ou região é composta das remunerações de salários, dos lucros e dos demais rendimentos originários dos fatores de produção. Como não é possível se obter essa variável para os anos não censitários, foi utilizada a distribuição salarial dos trabalhadores com carteira assinada, a fim de representar esse indicador.

A razão da Concentração de Renda de Gini é uma medida de desigualdade que pode ser facilmente explicada pelo conhecimento de uma curva de Lorenz. Os pontos dessa curva possuem como abcissas a porcentagem acumulada das pessoas com salários formais, desde o valor mais baixo até o mais alto, e, como ordenadas, a respectiva porcentagem acumulada dos salários dessas pessoas.

Essa medida varia de zero, quando não há desigualdade (igualdade máxima), a um, no ponto onde se tem o grau máximo de desigualdade.

IG_{ij} = área de concentração/área de desigualdade máxima.

Equação do Índice de Concentração de Renda de Gini

$$IG_{ij} = 1 - \frac{\sum (Y_{k(ij)} + Y_{k-1(ij)}) (P_{k(ij)} - P_{k-1(ij)})}{\sum Y_{k(ij)}} \quad (18)$$

Onde:

IG_{ij} é o Índice de Concentração de Renda de Gini no município i , no ano j ;

$Y_{k(ij)}$ é a Proporção Acumulada de Renda das Pessoas no município i , no ano j ;

$P_{k(ij)}$ é a Proporção Acumulada das Pessoas no município i , no ano j ;

K_{ij} é o Número de Pessoas no município i , no ano j ;

$k_{ij} = 1, 2, \dots, n$;

para $j = 1991$ e 1992 , $i = 1 \dots 333$;

para $j = 1993$ a 1996 , $i = 1 \dots 427$;

para $j = 1997$ e 1998 , $i = 1 \dots 467$.

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (1991-1998). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Observações

- Os municípios com menos de 250 empregados, de 1991 a 1996, tiveram seus valores ajustados através da média de cada microrregião.
- No Município de Catuípe, os valores para os anos 1995 e 1996 foram estimados segundo o valor encontrado para 1994, devido a erro de codificação no preenchimento da RAIS (1995 e 1996), segundo informações da fonte gerenciadora do dado (DATAMEC).
- Para os municípios em que não foram encontrados valores para todos os anos da série 1991-98, foi imputado o valor de sua microrregião.
- Para os municípios para os quais não foram obtidas informações, foi imputada a média dos anos existentes.

2.5.1.2 - Índice da Proporção da Despesa Social Municipal em Relação ao Total da Despesa

É o resultado do somatório das Despesas por Funções em Educação e Cultura; Saúde e Saneamento; Habitação e Urbanismo; e Administração e Previdência em relação ao total das Despesas por Funções no município i , no ano j .

A equação é expressa por:

$$\mathbf{PDFS}_{ij} = (\mathbf{PDEC}_{ij} + \mathbf{PDSS}_{ij} + \mathbf{PDHU}_{ij} + \mathbf{PDAP}_{ij}) \quad (19)$$

Onde:

PDFS_{ij} é o Percentual da Despesa Social Municipal do município **i**, no ano **j**;
PDEC_{ij} é o Percentual da Despesa com Educação e Cultura do município **i**, no ano **j**;

PDSS_{ij} é o Percentual da Despesa com Saúde e Saneamento do município **i**, no ano **j**;

PDHU_{ij} é o Percentual da Despesa com Habitação e Urbanismo do município **i**, no ano **j**;

PDAP_{ij} é o Percentual da Despesa com Assistência e Previdência do município **i**, no ano **j**;

para **j** = 1991 e 1992, **i** = 1... 333;

para **j** = 1993 a 1996, **i** = 1... 427;

para **j** = 1997 e 1998, **i** = 1... 467.

FONTE: 1999/2000: Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Observações

- O Município de Cidreira teve seus valores estimados para 1993, 1994, 1995 e 1996 pelos municípios limítrofes, Osório, Palmares do Sul e Tramandaí, devido à situação jurídica das Contas da Administração Pública Municipal, que foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas.
- Na falta de informações dos municípios em toda a série, estimou-se pelos valores disponíveis.
- Na ausência de dados para 1992, estimou-se pelos de 1991.
- A seguir, apresentam-se os anos, a data da informação e o nome dos municípios que tiveram seus valores estimados:

Dados de 1992 - os Municípios de Cândido Godói, Canela, Capão do Leão, Ipiranga do Sul, Nonoai, Nova Araçá, Riozinho, Rosário do Sul, São José do Norte e São Martinho foram estimados pelo percentual encontrado em 1991. Os Municípios de Barão, Bom Princípio, Salvador do Sul, Santo Antônio das Missões e Vicente Dutra foram estimados pelo percentual encontrado em 1993. Os Municípios de Harmonia, Humaitá, Ibiaçá, Poço das Antas e São Vendelino foram estimados pelo percentual encontrado em 1994. Os Municípios de Boqueirão do Leão, Cacequi e São Vicente do Sul foram estimados pelo percentual encontrado em 1995.

Coleta de informação realizada em 10.03.99, no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Dados de 1993 - os Municípios de Capão do Leão, Gramado dos Loureiros, Harmonia, Humaitá, Ibiaçá, Mato Leitão, Nonoai, Passo do Sobrado, Pinhal Grande, Poço das Antas, Santa Tereza, São Vendelino, Sentinela do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vale Real e Vila Nova do Sul foram estimados pelo percentual encontrado em 1994. Os Municípios de Boqueirão do Leão, Cacequi, São José do Norte, São Vicente do Sul e Vale do Sol foram estimados pelo percentual encontrado para 1995.

Coleta de informação realizada em 10.03.99, no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Dados de 1994 - os Municípios de Boqueirão do Leão, Cacequi, Canela, Fagundes Varela, São José do Norte, São Vicente do Sul e Vale do Sol foram estimados pelo percentual encontrado para 1995.

Coleta de informação realizada em 10.03.99, no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Dados de 1995 - o Município de Capitão foi estimado pelo percentual encontrado para 1996.

Coleta de informação realizada em 13.01.99, no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Dados de 1996 - os Municípios de Boqueirão do Leão, Cacequi, Mostardas, São Nicolau, Sentinela do Sul e Trindade do Sul foram estimados pelo percentual encontrado para 1995.

Coleta de informação realizada em 20.11.98, no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Dados de 1997 - os valores de Boqueirão do Leão foram calculados com base no percentual de 1995 e aplicados sobre a Despesa Total em 1997.

Coleta de informação realizada no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul via *internet*, atualização em 09.11.00.

Dados de 1998 - os valores de Cacequi foram reproduzidos por 1997, dada à falta de informações.

Coleta de informação no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, via *internet*, atualização em 09.11.00.

2.5.1.3 - Índice do Produto Interno Bruto Municipal *Per Capita* a Custo de Fatores

É o Produto Interno Bruto a Custo de Fatores do município *i*, no ano *j*, dividido pela respectiva população. Esse valor foi transformado em logaritmo de base 10 para diminuir a dispersão das informações.

O Produto Interno Bruto *Per Capita* a Custo de Fatores é a expressão do resultado de todas as atividades produtivas dos agentes residentes em um determinado espaço geográfico e em dado período de tempo, representando o Total da Oferta de Bens e Serviços Finais produzidos internamente a custo de fatores.

A equação é expressa por:

$$\mathbf{PIBpc}_{ij} = \mathbf{Log}[(\mathbf{PIBTOTcf}_{ij})/\mathbf{POP}_{ij}] \quad (20)$$

Onde:

PIBTOTcf_{ij} é o Produto Interno Bruto Total a Custo de Fatores do município *i*, no ano *j*;

LogPIBpc_{ij} é o Logaritmo de Base 10 do Produto Interno Bruto *per capita* do município *i*, no ano *j*;

POP_{ij} é a População do município *i*, no ano *j*;

para *j* = 1991 e 1992, *i* = 1... 333;

para *j* = 1993 a 1996, *i* = 1... 427;

para *j* = 1997 a 1998, *i* = 1... 467.

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais e Núcleo de Indicadores Sociais.

3 - DESEMPENHO DO ISMA DE 1998 DOS MUNICÍPIOS DO RS

A média do ISMA de 1998 é de 0,55. A avaliação mostra que os blocos Condições de Domicílio e Saneamento e Educação apresentam um desempenho de 0,66 e de 0,63 respectivamente. Em patamares inferiores, situam-se o bloco Saúde (0,47) e o bloco Renda (0,45).

De uma forma geral, todos os índices cresceram pouco, mesmo se considerando a alteração ocorrida no índice do bloco Saúde. A média geral do ISMA/98 (0,55) em relação ao período 1991-96 (0,54) obteve um incremento positivo de 2,15%.

3.1 - ISMA dos 20 municípios melhor classificados

Analisando os 20 melhores municípios apresentados segundo o ISMA de 1998, observa-se que os três melhor classificados são: Porto Alegre (0,67), Horizontina (0,65) e Santa Rosa (0,63).

A situação de Porto Alegre foi influenciada pela melhoria do bloco Condições de Domicílio e Saneamento, que compensou um decréscimo no bloco Educação. Quando comparado o ano de 1998 com a média de 1991-96, o Município de Horizontina ocupou a segunda colocação, devido a uma melhora substancial no bloco Educação, seguida por um resultado também positivo no bloco Condições de Domicílio e Saneamento. A cidade de Santa Rosa apresentou uma melhora significativa no bloco Educação, seguido pelo bloco Saúde e pelo bloco Condições de Domicílio e Saneamento.

Os Municípios de Antônio Prado e Torres foram os que apresentaram os maiores acréscimos, devido aos blocos, respectivamente, Saúde e Condições de Domicílio e Saneamento.

Tabela 1

Índice Social Municipal Ampliado dos 20 municípios melhor classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Porto Alegre	0,67	1	0,67	1	0,30
Horizontina	0,65	2	0,61	2	5,08
Santa Rosa	0,63	3	0,59	6	6,61
Carlos Barbosa	0,62	4	0,57	21	9,04
Victor Graeff	0,62	5	0,60	3	1,93
Serafina Corrêa	0,61	6	0,58	12	4,79
Dois Irmãos	0,61	7	0,56	26	8,40
Feliz	0,61	8	0,58	17	5,55
Panambi	0,61	9	0,58	11	4,30
Ivoti	0,61	10	0,58	16	5,41
Bento Gonçalves	0,61	11	0,59	4	2,70
Torres	0,61	12	0,54	56	12,36
Arroio do Meio	0,60	13	0,59	5	1,77
Esteio	0,60	14	0,59	8	2,02
Selbach	0,60	15	0,59	9	2,54
Santa Cruz do Sul ...	0,60	16	0,55	47	9,48
Antônio Prado	0,60	17	0,52	95	15,07
Estrela	0,60	18	0,59	7	0,92
Veranópolis	0,60	19	0,58	10	2,03
Campo Bom	0,60	20	0,57	19	3,88
RS	0,55	-	0,54	-	2,15

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

3.2 - ISMA dos 20 municípios pior classificados

Analisando os 20 piores municípios de acordo com o ISMA de 1998, observa-se uma situação mais precária nos Municípios de Benjamin Constant do Sul (0,30), Tunas (0,31) e Itapuca (0,31).

O Município de Benjamin Constant do Sul, criado em 1997, apresentou o pior índice, particularmente, no bloco Condições de Domicílio e Saneamento. No Município de Tunas, por sua vez, pesou a piora no bloco Renda em 1998; apesar de uma variação positiva no ISMA de 1998, de 13,55%, com relação à média do período 1991-96. Itapuca perdeu posições nos blocos Condições de Domicílio e Saneamento, Educação e Renda. A posição do seu ISMA de 1998 é inferior em 6,34% à média do período 1991-96 do ISMA.

Chama atenção a precarização verificada nos Municípios de Itapuca, Ponte Preta e Rio dos Índios, que apresentam piora nas suas condições gerais entre os dois períodos de estudo.

Dos 40 municípios novos instalados em 1997, apenas três estão entre os 20 piores, ou seja, a quase-totalidade são municípios antigos, que poderiam ter melhorado suas condições de vida ao longo do tempo, entretanto demonstram uma certa inércia.

Tabela 2

Índice Social Municipal Ampliado dos 20 municípios pior classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Benjamin Constant do Sul	0,30	467	(1)-	(1)-	(1)-
Tunas	0,31	466	0,27	426	13,55
Itapuca	0,31	465	0,33	410	-6,34
Rio dos Índios	0,32	464	0,33	414	-1,90
Gramado dos Loureiros	0,32	463	0,30	421	7,91
Charrua	0,33	462	0,32	416	3,07
Lajeado do Bugre	0,33	461	0,25	427	33,61
Herveiras	0,33	460	(1)-	(1)-	(1)-
Progresso	0,34	459	0,33	412	4,27
Cerro Grande do Sul ...	0,35	458	0,31	419	13,08
São José do Norte	0,35	457	0,30	422	16,87
Dom Feliciano	0,35	456	0,35	401	0,54
São Valério do Sul	0,35	455	0,29	424	22,56
Monte Alegre dos Campos	0,36	454	(1)-	(1)-	(1)-
Gramado Xavier	0,36	453	0,32	417	12,52
Pouso Novo	0,36	452	0,33	409	7,10
Amaral Ferrador	0,36	451	0,28	425	27,24
Cerro Grande	0,36	450	0,33	415	10,09
Ponte Preta	0,36	449	0,38	366	-5,52
Ibirapuitã	0,36	448	0,33	411	9,06
RS	0,55	-	0,54	-	2,15

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

(1) Município novo.

3.3 - ISMA dos municípios com mais de 100.000 habitantes

Analisando o comportamento do ISMA de 1998 nos municípios do Estado com mais de 100.000 habitantes, verifica-se que Porto Alegre (0,67), Santa Cruz do Sul (0,60) e Caxias do Sul (0,59) são os primeiros colocados. O resultado do índice do Município de Porto Alegre deve-se ao crescimento do seu índice no bloco Condições de Domicílio e Saneamento, que compensa uma redução no bloco Educação e no bloco Saúde. A cidade de Santa Cruz do Sul, que tem o segundo lugar no *ranking* das cidades com mais de 100.000 habitantes, em 1998, apresentou um crescimento acentuado no bloco Saúde, seguido do bloco Condições de Domicílio e Saneamento e do Educação, bem como um pequeno decréscimo no bloco Renda. A posição de Caxias do Sul revela um crescimento maior no bloco Condições de Domicílio e Saneamento e uma redução no bloco Renda.

Tabela 3

Índice Social Municipal Ampliado dos municípios com mais de 100.000 habitantes em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998			MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	População	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Porto Alegre	1 292 550	0,67	1	0,67	1	0,30
Santa Cruz do Sul	103 295	0,60	16	0,55	47	9,48
Caxias do Sul	339 487	0,59	26	0,58	14	1,64
Santa Maria	229 153	0,58	41	0,57	25	1,76
Canoas	289 787	0,58	42	0,55	40	3,98
Pelotas	309 142	0,57	46	0,58	13	-2,11
Novo Hamburgo ..	235 200	0,56	59	0,56	28	-0,01
Cachoeirinha	101 260	0,56	64	0,56	38	0,88
São Leopoldo	185 943	0,56	66	0,53	72	5,56
Rio Grande	179 966	0,54	102	0,52	85	3,60
Passo Fundo	159 033	0,54	103	0,53	71	2,23
Bagé	117 271	0,54	104	0,54	54	-0,31
Sapuçaia do Sul ..	116 742	0,50	212	0,50	140	1,00
Uruguaiana	123 384	0,49	235	0,50	132	-1,45
Gravataí	213 697	0,49	236	0,51	104	-3,86
Viamão	205 867	0,47	311	0,46	211	1,02
Alvorada	170 517	0,46	323	0,44	268	4,02
RS	9 810 471	0,55	-	0,54	-	2,15

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

3.4 - ISMA dos blocos de índices

3.4.1 - Bloco Condições de Domicílio e Saneamento

O incremento do índice do bloco de 1998 em relação à média do período 1991-96 foi de 1,78%, devido a melhorias no atendimento à população com água tratada e à queda na média de moradores por domicílio em muitos municípios. Entretanto continua a falta de investimentos na coleta de esgoto cloacal.

A partir da análise dos índices desse bloco na série de anos considerada, 1991-98, conclui-se que, quanto à variável água tratada, nos municípios em que há sistemas de captação e tratamento de água, houve crescimento no atendimento dos domicílios ao longo dos anos, sendo que, em 1998, muitos atingiram praticamente 100% na zona urbana, ou estão próximos desse objetivo desejado. Nos municípios em que não há sistemas de tratamento, ou que não dispõem de informações, foi atribuído valor zero, sendo todos municípios novos ou de pequena população, totalizando 146 em 1998. Conclui-se serem esses os mais carentes, onde a população está sob maiores riscos de contrair doenças inerentes à veiculação hídrica, por falta de abastecimento de água potável, com controle técnico de sua qualidade, visando atender aos padrões de potabilidade do Ministério da Saúde. Salienta-se que não foi considerada a área rural por falta de dados; entretanto cabe ao setor público dotar todos os domicílios de água potável, dentro do princípio da universalização dos direitos do cidadão.

Quanto à variável Coleta de Esgoto Cloacal dos Domicílios na Área Urbana, observa-se uma grande carência, onde, em 1998, apenas 50 municípios apresentavam rede pública de coleta de esgoto cloacal, assim mesmo com uma cobertura parcial de coleta nos domicílios. Conclui-se, portanto, que não houve significativos investimentos nessa área nos municípios do Estado, sendo a variável Saneamento a que apresenta maior carência. Pode-se citar Porto Alegre como uma exceção, visto que, em 1991, tinha uma cobertura de atendimento de 45,73%, passando para 54,37% em 1998, a maior do Estado, dada a preocupação com investimentos nessa área.

Convém salientar, também, que o tratamento de esgoto cloacal praticamente inexistente na grande maioria dos municípios, devendo ser uma área prioritária de investimentos públicos, após a instalação de redes públicas de coleta, visto que o lançamento, em bruto, em corpos de águas superficiais compromete a qualidade de suas águas, as quais são as principais fontes de captação de águas brutas para o abastecimento público de água potável da população.

Apesar de não ter sido contemplada a área rural neste trabalho, não menos importante é o estabelecimento de políticas públicas de apoio e orientação aos moradores para a adequada destinação do esgoto das residências, visto que estes poderão contaminar as suas próprias fontes de captação de água, as quais, geralmente, são poços escavados rasos ou artesianos, vertentes e cor-

pos de água superficiais. Essa prioridade inclui-se em um contexto maior de políticas públicas para a fixação do homem no campo.

Quanto à variável Média de Moradores por Domicílio, observa-se que há uma leve tendência de queda no período 1991-98. Quanto menor for essa média, a tendência será uma melhor condição de vida. Essa variável sofre distorções de interpretação em municípios onde não há geração de empregos suficientes, o que ocasiona a migração, principalmente da população jovem, para regiões mais desenvolvidas. Nesse contexto, pode-se destacar a região da campanha e inúmeros municípios de pequeno porte, distribuídos por diferentes regiões do Estado.

Para fins de classificação no bloco, com influência no índice geral do ISMA, os municípios que apresentam baixa média de moradores se beneficiam em obter melhores colocações no *ranking*.

3.4.1.1 - Bloco Condições de Domicílio e Saneamento — os 20 municípios melhor classificados

Comparando-se o índice de 1998 com a média de 1991-96 dos 20 municípios melhor classificados, podem-se fazer as seguintes observações:

- o intervalo dos índices em 1998 foi de 0,68 (Piratini) a 0,97 (Porto Alegre), enquanto na média de 1991-96 foi de 0,65 (Piratini) a 0,93 (Porto Alegre);
- o maior acréscimo foi apresentado pelo Município de Sentinela do Sul (67,91%), devido ao crescimento do atendimento do número de domicílios urbanos com água tratada (Corsan) e à queda da média dos moradores por domicílio;
- o município que apresentou maior decréscimo foi Rio Grande (-2,56%), seguido por Cachoeirinha (-1,72%) e Dom Pedrito (-1,55%); e
- em relação ao incremento médio do Estado (1,78%), situam-se acima os Municípios de Sentinela do Sul (67,91%), Caçapava do Sul (6,04%), Torres (6,02%), Arambaré (4,70%), Porto Alegre (3,78%), Piratini (3,73%), Pinheiro Machado (3,11%), Taquari (1,90%) e Bagé (1,80%).

Tabela 4

Índice de Condições de Domicílio e Saneamento dos 20 municípios melhor classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Porto Alegre	0,97	1	0,93	1	3,78
Pelotas	0,85	2	0,85	2	0,22
Bagé	0,84	3	0,83	3	1,80
Jaguarão	0,82	4	0,82	4	-0,60
Santa Maria	0,80	5	0,79	5	1,53
Sentinela do Sul	0,79	6	0,47	223	67,91
Torres	0,78	7	0,74	8	6,02
Santana do Livramento	0,76	8	0,75	6	1,69
Cachoeira do Sul	0,74	9	0,74	7	-0,15
Pinheiro Machado	0,73	10	0,71	11	3,11
Herval	0,72	11	0,71	10	0,68
Taquari	0,71	12	0,69	13	1,90
Rio Grande	0,71	13	0,73	9	-2,56
Caçapava do Sul	0,70	14	0,66	18	6,04
Arroio Grande	0,70	15	0,70	12	0,59
Arambaré	0,68	16	0,65	19	4,70
Lavras do Sul	0,68	17	0,69	16	-1,14
Dom Pedrito	0,68	18	0,69	14	-1,55
Cachoeirinha	0,68	19	0,69	15	-1,72
Piratini	0,68	20	0,65	20	3,73
RS	0,66	-	0,65	-	1,78

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

3.4.1.2 - Bloco Condições de Domicílio e Saneamento — os 20 municípios pior classificados

Convém salientar que, nesse grupo de municípios, nenhum dispõe de abastecimento público com água tratada e nem coleta de esgoto cloacal; logo as alterações de índice devem-se, exclusivamente, à variação da média de moradores.

Comparando-se o índice de 1998 com a média de 1991-96 dos 20 municípios pior classificados, podem-se fazer as seguintes observações:

- o intervalo dos índices em 1998 foi de 0,00 (Benjamin Constant do Sul) a 0,12 (Gramado Xavier), enquanto na média de 1991-96 foi de 0,02 (Montauri) a 0,16 (Gramado Xavier);

- o maior incremento foi apresentado pelo Município de Montauri (329,90%), entretanto apenas passou de um índice de 0,02 para 0,07, ainda muito baixo, seguido por Protásio Alves (57,06%) e Vista Alegre do Prata (48,60%);
- o município que apresentou maior decréscimo foi Charrua (-70,40%), seguido por Barra Funda (-28,49%) e Nova Pádua (-25,82%). Além destes, mais sete tiveram redução do índice; e
- o Município de Benjamin Constant do Sul, recentemente emancipado, apresentou índice zero em todos os indicadores desse bloco.

Tabela 5

Índice de Condições de Domicílio e Saneamento dos 20 municípios
pior classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Benjamin Constant do Sul ..	0,00	467	(1)-	(1)-	(1)-
Charrua	0,03	466	0,10	415	-70,40
São Valério do Sul	0,07	465	0,09	420	-22,93
Carlos Gomes	0,07	464	0,06	426	23,31
Montauri	0,07	463	0,02	427	329,90
Ponte Preta	0,08	462	0,09	419	-8,47
Gramado dos Loureiros	0,08	461	0,08	422	7,43
Nova Pádua	0,08	460	0,11	411	-25,82
União da Serra	0,09	459	0,12	407	-22,56
Tupanci do Sul	0,09	458	0,07	424	26,56
Vista Alegre do Prata	0,09	457	0,06	425	48,60
Barra do Rio Azul	0,10	456	0,10	418	-1,64
Itapuca	0,10	455	0,11	414	-8,98
Barra Funda	0,11	454	0,15	398	-28,49
Engenho Velho	0,12	453	0,11	413	4,41
Protásio Alves	0,12	452	0,07	423	57,06
Muliterno	0,12	451	0,17	387	-26,87
Segredo	0,12	450	0,12	410	5,48
Santo Antônio do Palma	0,12	449	0,12	408	5,21
Gramado Xavier	0,12	448	0,16	390	-22,23
RS	0,66	-	0,65	-	1,78

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

(1) Município novo.

3.4.1.3 - Bloco Condições de Domicílio e Saneamento nos municípios com mais de 100.000 habitantes

Analisando os municípios com mais de 100.000 habitantes, segundo o Índice Social Municipal Ampliado de 1998, e verificando o incremento comparado com a média de 1991-96, observa-se que:

- o índice de 1998 variou entre o intervalo de 0,55 (Gravataí) e 0,97 (Porto Alegre), e a média dos índices de 1991-96 oscilou de 0,55 (Gravataí) a 0,93 (Porto Alegre). A ampliação dos limites deveu-se à melhora do índice de Porto Alegre;
- nesse grupo dos municípios mais populosos, não há grandes variações dos índices, o maior incremento positivo verificado é Santa Cruz do Sul, da ordem de 11%, seguido por Alvorada, Caxias do Sul, Passo Fundo e Porto Alegre;
- o destaque negativo é Rio Grande, com um decréscimo de 2,5%, seguido por Cachoeirinha, Sapucaia do Sul e Canoas; e
- acima do incremento médio do Estado, que foi de 1,78%, aparecem os Municípios de Santa Cruz do Sul (10,98%), Alvorada (6,14%), Caxias do Sul (4,13%), Passo Fundo (3,84%), Porto Alegre (3,78%) e Bagé (1,80%).

Tabela 6

Índice de Condições de Domicílio e Saneamento dos municípios com mais de 100.000 habitantes em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998			MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	População	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Porto Alegre	1 292 550	0,97	1	0,93	1	3,78
Pelotas	309 142	0,85	2	0,85	2	0,22
Bagé	117 271	0,84	3	0,83	3	1,80
Santa Maria	229 153	0,80	5	0,79	5	1,53
Rio Grande	179 966	0,71	13	0,73	9	-2,56
Cachoeirinha	101 260	0,68	19	0,69	15	-1,72
Santa Cruz do Sul	103 295	0,67	23	0,60	51	10,98
Passo Fundo	159 033	0,65	30	0,63	27	3,84
São Leopoldo	185 943	0,65	32	0,65	24	0,99
Caxias do Sul	339 487	0,64	44	0,61	37	4,13
Alvorada	170 517	0,63	50	0,59	57	6,14
Canoas	289 787	0,62	59	0,63	29	-1,31
Sapucaia do Sul ...	116 742	0,60	86	0,61	35	-1,47
Viamão	205 867	0,59	101	0,58	68	1,59
Novo Hamburgo ...	235 200	0,59	117	0,58	71	1,03
Uruguaiana	123 384	0,56	164	0,57	91	-0,12
Gravataí	213 697	0,55	187	0,55	126	0,68
RS	9 810 471	0,66	-	0,65	-	1,78

FONTES: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

3.4.2 - Bloco Educação

A média do índice do bloco Educação, no período 1991-96, era de 0,60 no Estado, e, em 1998, esse índice foi de 0,63, um incremento de 4,19% no período. O avanço nesse bloco, em 1998, pode ser creditado à Taxa de Evasão no Ensino Fundamental, à Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental e à Taxa de Atendimento no Ensino Médio, que tiveram um incremento positivo em relação ao período 1991-96.

O bloco Educação foi composto de quatro indicadores: dois de produtividade (taxa de reprovação e de evasão no ensino fundamental), um de cobertura (taxa de atendimento no ensino médio) e outro de escolaridade (taxa de analfabetismo).

Ressalta-se que os indicadores que compõem o bloco Educação tiveram pesos técnicos diferenciados, onde a taxa de analfabetismo recebeu o maior peso. Esse é o principal indicador, em nível internacional, para avaliar o atraso educacional de um país. O RS, no conjunto dos estados brasileiros, tem uma das menores taxas de analfabetismo. Conseqüentemente, as comunidades que apresentaram altas taxas de analfabetismo foram evidenciadas neste trabalho.

Os indicadores que formam o bloco Educação no período 1991-98 tiveram uma melhora no âmbito estadual, em especial nas comunidades médias e pequenas, que investiram recursos e organizaram programas pedagógicos criativos para sanar os problemas de baixa produtividade e escolaridade de seus habitantes. Torna-se importante ressaltar que, dependendo da quantidade de alunos atendidos, é mais fácil melhorar o desempenho de alguns desses indicadores.

Na cobertura do ensino médio, que requer maiores investimentos para atender à população de 15 a 19 anos, verifica-se que, na totalidade dos municípios investigados, esse atendimento está longe de ser o ideal, embora, no período de estudo, tenha ocorrido um crescimento das taxas de atendimento.

Dos municípios que ficaram nas últimas posições no Índice Geral do bloco Educação, sobressaem-se aqueles que mantêm altas taxas de analfabetismo e de reprovação no ensino fundamental, bem como o baixo atendimento no ensino médio.

A baixa taxa de atendimento no ensino médio é uma das características da maioria dos municípios do bloco Educação.

3.4.2.1 - Bloco Educação — os 20 municípios melhor classificados

Classificando esses 20 municípios de acordo com o bloco Educação para 1998 e comparando com a média do período 1991-96, observa-se que:

- no grupo dos 20 melhores municípios, São José do Inhacorá está em primeiro lugar na classificação, sendo Horizontina e Ipiranga do Sul, respectivamente, o segundo e o terceiro no Estado;
- entre os 20 municípios melhor classificados, o maior incremento ocorreu nos Municípios de Saldanha Marinho, Ernestina e São Domingos do Sul.

No primeiro, o indicador responsável pelo melhor desempenho foi a Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental e, nos dois últimos, o indicador responsável foi a Taxa de Evasão no Ensino Fundamental.

Tabela 7

Índice de Educação dos 20 municípios melhor classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ % A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
São José do Inhacorá	0,91	1	0,93	1	-2,27
Horizontina	0,88	2	0,81	13	8,98
Ipiranga do Sul	0,87	3	0,77	28	13,26
Quinze de Novembro	0,86	4	0,78	20	9,85
Vista Alegre do Prata	0,86	5	0,82	8	4,14
Nova Boa Vista	0,86	6	0,86	3	-0,15
Lagoa dos Três Cantos ...	0,85	7	0,88	2	-2,44
São Vendelino	0,85	8	0,76	29	11,36
Vanini	0,85	9	0,80	15	6,66
Salvador das Missões	0,85	10	0,82	10	3,55
Santo Antônio do Planalto	0,85	11	0,83	5	1,41
Victor Graeff	0,84	12	0,83	7	1,58
Colinas	0,83	13	0,85	4	-1,21
São Domingos do Sul	0,83	14	0,71	63	15,66
Boa Vista do Sul	0,82	15	(1)-	(1)-	(1)-
Barra Funda	0,82	16	0,75	38	8,85
Ernestina	0,82	17	0,69	95	17,89
Chapada	0,81	18	0,75	35	7,40
Três Arroios	0,81	19	0,73	47	9,66
Saldanha Marinho	0,80	20	0,68	112	18,75
RS	0,63	-	0,60	-	4,19

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

(1) Município novo.

3.4.2.2 - Bloco Educação — os 20 municípios pior classificados

Classificando esses municípios de acordo com o bloco Educação para 1998 e comparando com a média do período 1991-96, observa-se que:

- em 1998, no grupo dos 20 piores municípios, o Município de São José do Norte é o que ficou em pior posição, seguido por Lajeado do Bugre e Dom Feliciano. Os dois primeiros municípios melhoraram seus índices em 1998, entretanto ainda não foi possível superar suas posições adversas;

- deve-se destacar que os Municípios de Itapuca, Dom Feliciano, Barra do Guarita, Piratini e Arroio Grande pioraram suas situações em 1998, em relação à média do período anterior. Deve ser salientado que os indicadores Taxa de Atendimento no Ensino Médio e Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental foram os que mais contribuíram negativamente para a composição do índice desse bloco para esses municípios;
- deve-se salientar que, para a grande maioria desses municípios do Rio Grande do Sul, a Taxa de Atendimento no Ensino Médio é a variável que apresenta a maior carência no período 1991-96 e, para o ano de 1998, é a que contribui, negativamente, para a composição do índice desse bloco;
- a outra deficiência que aparece nesses municípios está na Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental.

Tabela 8

Índice de Educação dos 20 municípios pior classificados em 1998
e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
São José do Norte	0,22	467	0,15	427	43,47
Lajeado do Bugre	0,31	466	0,17	426	87,88
Dom Feliciano	0,33	465	0,35	412	-5,99
Fontoura Xavier	0,34	464	0,24	424	43,86
Redentora	0,34	463	0,21	425	62,01
Encruzilhada do Sul	0,35	462	0,34	414	3,01
Amaral Ferrador	0,36	461	0,27	421	30,80
Tunas	0,38	460	0,27	422	40,63
Barra do Guarita	0,39	459	0,41	392	-4,03
São Nicolau	0,39	458	0,33	417	19,08
Itapuca	0,40	457	0,41	387	-4,27
Piratini	0,40	456	0,41	391	-1,78
Capão do Leão	0,40	455	0,38	407	7,93
Lagoão	0,41	454	0,24	423	69,57
Barão do Triunfo	0,41	453	0,38	404	7,71
Arroio Grande	0,41	452	0,45	375	-7,36
Capela de Santana	0,42	451	0,38	403	9,85
São José do Herval	0,42	450	0,34	415	26,42
São Valério do Sul	0,43	449	0,33	418	32,06
Esmeralda	0,44	448	0,36	411	23,06
RS	0,63	-	0,60	-	4,19

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

3.4.2.3 - Bloco Educação — municípios com mais de 100.000 habitantes

Analisando o grupo de 17 municípios com população acima de 100.000 habitantes no bloco Educação para 1998 e comparando com a média do período 1991-96, observa-se que:

- em 1998, o índice do bloco Educação no Estado foi 0,63 e, no período 1991-96, 0,60. Nesse período, havia seis municípios com índice abaixo da média de 0,60, enquanto para 1998 essa situação representava quase o dobro, com 10 municípios abaixo de 0,63;
- os melhores municípios em 1998 foram: Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Novo Hamburgo, enquanto no período 1991-96 eram, pela ordem, Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria. O Município de Caxias do Sul manteve a primeira posição entre os 17 municípios do grupo, enquanto Porto Alegre, que era o segundo colocado em 1991-96, em 1998 passou à sexta posição; e os Municípios de Santa Cruz do Sul, Uruguiana e São Leopoldo tiveram o maior incremento no índice do bloco Educação entre a média de 1991-96 e 1998, tendo o primeiro, inclusive, superado sua classificação. O grupo de municípios que teve queda no seu índice do bloco Educação foi Pelotas, Bagé e Viamão.

Tabela 9

Índice de Educação dos municípios com mais de 100.000 habitantes em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998			MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	População	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Caxias do Sul	339 487	0,72	110	0,71	79	2,11
Santa Cruz do Sul	103 295	0,71	129	0,66	136	8,49
Novo Hamburgo ..	235 200	0,67	179	0,64	149	4,48
Uruguiana	123 384	0,67	183	0,62	179	7,33
Passo Fundo	159 033	0,67	184	0,64	159	4,48
Santa Maria	229 153	0,66	190	0,68	104	-2,56
Porto Alegre	1 292 550	0,66	195	0,68	103	-2,96
Cachoeirinha	101 260	0,62	247	0,62	184	0,15
Gravataí	213 697	0,62	254	0,62	189	0,00
Canoas	289 787	0,61	267	0,62	186	-1,57
São Leopoldo	185 943	0,61	270	0,58	222	5,01
Sapucaia do Sul ..	116 742	0,59	309	0,58	230	2,03
Pelotas	309 142	0,57	335	0,60	205	-4,37
Bagé	117 271	0,57	338	0,59	208	-4,12
Rio Grande	179 966	0,53	376	0,53	284	1,58
Viamão	205 867	0,51	395	0,53	269	-3,72
Alvorada	170 517	0,48	417	0,46	362	4,52
RS	9 810 471	0,63	-	0,60	-	4,19

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

3.4.3 - Bloco Saúde

A média do índice do bloco Saúde no período 1991-96 era de 0,45 em 1998 passando para 0,47, representando um incremento de 4,74%. A alteração nesse bloco em 1998 é creditada à Taxa de Mortalidade em Menores de Cinco Anos, que teve um decréscimo em relação ao período 1991-96, melhorando os respectivos índices.

Os indicadores sociais municipais do bloco Saúde para o Rio Grande do Sul no período de 1991-96 em relação ao ISMA de 1998 tentam mostrar a evolução da saúde pública no Estado, através das variáveis Leitos Hospitalares por 1.000 Habitantes, Número de Médicos por 10.000 Habitantes, Baixo Peso ao Nascer e Taxa de Mortalidade para Menores de Cinco Anos.

O indicador Leitos Hospitalares por 1.000 Habitantes, que é medido por leitos em todos os hospitais das redes pública e privada conveniadas pelo SUS, foi o que apresentou pior desempenho. Desde que foi implantado o Sistema Único de Saúde em 1988, tem havido um decréscimo de oferta de leitos nas redes pública e privada de saúde. A má distribuição dos hospitais no Estado tem canalizado um enorme contingente da população à capital, que também experimenta redução de leitos do SUS. Em 1991, havia 34.760 leitos no RS e, em 1998, 31.071. Porto Alegre, que tinha 8.614 leitos conveniados pelo SUS em 1991, apresentou 6.552 no ano de 1998, tendo uma queda de 2.062 leitos nesse período.

O indicador Número de Médicos por 10.000 Habitantes também apresentou decréscimo no período 1991-98, apesar de essa queda não ser tão significativa como a dos leitos hospitalares; também se detecta a má distribuição desses técnicos nos municípios gaúchos. O Município de Porto Alegre, que detinha 7.390 médicos, de um total de 10.065 no Estado em 1991, mostrou 5.102 em 1998, num total de 9.550 nesse ano.

A variável Baixo Peso ao Nascer também apresentou piora nesse período, sendo 8,16% em 1991 e 8,69% dos nascidos vivos em 1998.

A variável Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos (TMM5) apresentou pequena melhora, pois, do valor de 22,52 por mil nascimentos (pior município) em 1991, passou para 20,83 por mil nascimentos em 1998. É necessário comentar que a TMM5 máxima em 1991 e em 1998 permaneceu em torno de 50 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, demonstrando que nos bolsões de miséria o problema permanece.

3.4.3.1 - Bloco Saúde — os 20 municípios melhor classificados

Classificando esses municípios pelo ano de 1998 e comparando com a média do período 1991-96, observa-se que Poço das Antas, com média 0,71, está em primeiro lugar na classificação, sendo Antônio Prado e Dois Lajeados, respectivamente, o segundo e o terceiro classificados do Estado.

Os municípios que tiveram o maior incremento foram Bossoroca, São João do Polesine e Xangrilá, os dois primeiros relacionados à melhora da TMM5, e o último, em consequência do aumento do número de leitos hospitalares.

Tabela 10

Índice de Saúde dos 20 municípios melhor classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Poço das Antas	0,71	1	0,53	18	33,30
Antônio Prado	0,70	2	0,53	22	32,61
Dois Lajeados	0,68	3	0,55	14	22,93
Guabiju	0,67	4	0,61	3	8,63
Três Cachoeiras	0,66	5	0,56	13	19,30
São José do Inhacorá ..	0,65	6	0,46	107	42,80
Serafina Corrêa	0,64	7	0,56	12	15,85
Nova Bassano	0,61	8	0,61	4	-0,97
Feliz	0,60	9	0,63	1	-4,43
São João do Polesine ..	0,60	10	0,44	131	35,08
Bossoroca	0,59	11	0,32	360	81,88
Campo Bom	0,58	12	0,51	38	14,33
Roque Gonzales	0,58	13	0,48	66	20,60
Linha Nova	0,58	14	0,48	75	21,18
Bom Princípio	0,58	15	0,61	5	-5,66
Carlos Barbosa	0,58	16	0,46	105	25,29
Xangrilá	0,57	17	0,39	243	45,64
Campinas do Sul	0,57	18	0,59	9	-3,17
Selbach	0,57	19	0,48	81	19,86
São Domingos do Sul ..	0,57	20	0,46	104	23,24
RS	0,47	-	0,45	-	4,74

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

3.4.3.2 - Bloco Saúde — os 20 municípios pior classificados

Os municípios que apresentaram piores desempenhos no ano de 1998, principalmente em função da alta taxa de mortalidade em menores de cinco anos, foram Dom Feliciano (0,18), Progresso (0,18) e Arroio do Tigre (0,25).

Em que pesem as históricas más condições de saúde no Estado, devido, em parte, à desigual distribuição de médicos nos municípios gaúchos, a situação agravou-se com a acentuada queda de leitos do SUS. Os Municípios Progresso, Dom Feliciano, Barra do Rio Azul e Ponte Preta são os que apresentam

maior variação negativa entre os 10 piores. Ressalta-se que somente quatro conseguiram melhorar sua condição, a saber: Coronel Bicaco, São José do Norte, Alvorada e Campestre da Serra.

Tabela 11

Índice de Saúde dos 20 municípios pior classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Dom Feliciano	0,18	467	0,25	421	-26,57
Progresso	0,18	466	0,35	325	-47,76
Arroio do Tigre	0,25	465	0,30	398	-14,02
Coronel Bicaco	0,26	464	0,23	423	14,88
São José do Norte	0,26	463	0,19	425	40,57
Benjamin Constant do Sul	0,26	462	(1)-	(1)-	(1)-
Cerro Grande do Sul	0,28	461	0,34	340	-17,18
Boqueirão do Leão	0,28	460	0,32	362	-12,01
Chuí	0,29	459	(1)-	(1)-	(1)-
Ponte Preta	0,29	458	0,38	285	-23,93
Barra do Rio Azul	0,29	457	0,39	248	-25,25
Cerrito	0,29	456	(1)-	(1)-	(1)-
Alvorada	0,30	455	0,22	424	37,18
Gentil	0,30	452	0,30	383	-1,23
Nicolau Vergueiro	0,30	453	0,30	385	-1,23
Santo Antônio do Palma	0,30	454	0,30	386	-1,23
Campestre da Serra	0,30	451	0,27	415	12,51
Monte Alegre dos Campos	0,30	449	(1)-	(1)-	(1)-
Muitos Capões	0,30	450	(1)-	(1)-	(1)-
Camargo	0,30	448	0,30	388	0,29
RS	0,47	-	0,45	-	4,74

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

(1) Município novo.

3.4.3.3 - Bloco Saúde — os municípios com mais de 100.000 habitantes

Alvorada, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul foram os municípios que tiveram o maior incremento em 1998 em relação à média 1991-96, sendo que o primeiro teve um significativo aumento no Número de Médicos por 10.000 Habitantes, e os dois últimos tiveram uma drástica queda na Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos.

Tabela 12

Índice de Saúde dos municípios com mais de 100.000 habitantes em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998			MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	População	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
São Leopoldo	185 943,00	0,53	57	0,41	215	30,37
Porto Alegre	1 292 550,00	0,53	60	0,52	27	0,23
Santa Cruz do Sul	103 295,00	0,52	75	0,42	182	22,97
Novo Hamburgo	235 200,00	0,48	147	0,44	145	9,90
Canoas	289 787,00	0,46	175	0,38	269	19,54
Cachoeirinha	101 260,00	0,44	231	0,38	289	16,44
Pelotas	309 142,00	0,44	236	0,40	233	9,75
Santa Maria	229 153,00	0,43	245	0,41	192	4,50
Rio Grande	179 966,00	0,42	271	0,36	321	18,20
Caxias do Sul	339 487,00	0,41	286	0,39	244	5,06
Sapucaia do Sul	116 742,00	0,40	318	0,36	315	11,26
Passo Fundo	159 033,00	0,39	340	0,39	240	-1,97
Gravataí	213 697,00	0,37	384	0,39	241	-6,83
Viamão	205 867,00	0,37	386	0,31	379	18,73
Bagé	117 271,00	0,35	399	0,39	261	-8,24
Uruguaiana	123 384,00	0,33	428	0,28	407	17,42
Alvorada	170 517,00	0,30	455	0,22	424	37,18
RS	9 810 471,00	0,47	-	0,45	-	4,74

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

Bagé, Gravataí e Passo Fundo, municípios com mais de 100.000 habitantes tiveram redução dos seus índices em relação à média do período anterior. Os dois primeiros municípios apresentaram aumento da Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos nesse período, porém Bagé e Passo Fundo tiveram diminuição no Número de Leitos e de Médicos.

3.4.4 - Bloco Renda

O Índice do bloco Renda em 1998 foi de 0,45, apresentando uma variação negativa de 1,44% em relação à média do período 1991-96, além de estar abaixo do Índice Geral do ISMA (0,55).

O indicador Índice de Concentração de Renda de Gini, obtido através da RAIS, mensura os salários do setor formal, tendo sido utilizada para estimar o comportamento de toda população ocupada, refletindo, parcialmente, a realidade, visto que o setor informal é uma parcela significativa da economia. O estudo desse dado revela que o mesmo apresenta uma grande variabilidade anual por município, representando um problema na avaliação dos municípios novos e de baixa população.

O indicador Índice da Proporção da Despesa por Função Social em Relação ao Total da Despesa dos Municípios foi utilizado por representar uma forma de remuneração indireta.

No indicador construído a partir do Produto Interno Bruto Municipal *Per Capita* a Custo de Fatores, além dos problemas específicos de mensuração inerentes à própria construção das estimativas do PIB, convém salientar outros fatores relevantes. Trata-se de uma medida que sinaliza dados de renda como um todo, ao qual não se propõe considerar questões de distribuição de renda, riqueza e pobreza. Então, sempre é necessária uma avaliação conjunta desse indicador, contrapondo suas tendências com as observadas através do Índice de Gini e de variáveis da despesa social.

3.4.4.1 - Bloco Renda — os 20 municípios melhor classificados

Analisando os 20 municípios melhor classificados no ano de 1998, encontra-se uma variação no Índice de Renda de 0,59 a 0,67. Dos três municípios com o Índice de Renda mais elevados, Balneário Pinhal (0,67) destaca-se por ter alcançado, na composição do seu índice, valores elevados, no Índice da Despesa Social e no Índice de Gini. Dois Irmãos (0,66) é o segundo que teve sua participação destacada pelos valores do Índice da Despesa Social e do Índice do PIB *per capita*. E o Município de Santa Maria do Herval (0,66) é o terceiro no Estado graças a sua participação no Índice de Gini.

Tabela 13

Índice de Renda dos 20 municípios melhor classificados em 1998
e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Balneário Pinhal	0,67	1	(1)-	(1)-	(1)-
Dois Irmãos	0,66	2	0,63	6	4,98
Santa Maria do Herval	0,66	3	0,58	25	14,54
Capivari do Sul	0,65	4	(1)-	(1)-	(1)-
Esteio	0,65	5	0,65	3	-0,98
Morro Reuter	0,64	6	0,55	41	16,79
Marau	0,63	7	0,62	7	1,29
Presidente Lucena	0,63	8	0,54	44	16,74
Picada Café	0,62	9	0,62	9	-0,08
Lindolfo Collor	0,62	10	0,72	1	-14,29
Canoas	0,61	11	0,58	22	6,30
Santa Rosa	0,61	12	0,61	12	0,73
Arroio do Meio	0,60	13	0,62	8	-4,03
Ivoti	0,59	14	0,60	15	-0,53
Caxias do Sul	0,59	15	0,61	11	-3,06
Itaqui	0,59	16	0,55	37	6,39
São Sebastião do Caí .	0,59	17	0,57	28	3,20
Nova Hartz	0,59	18	0,45	133	28,93
Rolante	0,59	19	0,63	5	-7,32
Sapiranga	0,59	20	0,67	2	-12,74
RS	0,45	-	0,45	-	-1,44

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

(1) Município novo.

Os municípios que tiveram maior variação positiva foram Nova Hartz (28,93%), Morro Reuter (16,79%) e Presidente Lucena (16,74%), devido, principalmente, a um melhor resultado no Índice de Gini.

3.4.4.2 - Bloco Renda — os 20 municípios pior classificados

Analisando os 20 municípios pior classificados no Índice de Renda de 1998, encontra-se uma variação nos índices de 0,21 a 0,31. Dos três municípios pior classificados, Barão do Triunfo (0,21) é que apresentou a pior posição, que se deve ao Índice do PIB *per capita*. Iraí (0,25) é o segundo pior colocado nos valores dos três índices que o compõe, Caraá (0,27) é o terceiro, devido aos baixos índices encontrados na Despesa Social e no PIB *per capita*.

Tabela 14

Índice de Renda dos 20 municípios pior classificados em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Barão do Triunfo ...	0,21	467	0,18	427	16,78
Iraí	0,25	466	0,33	395	-24,02
Caraá	0,27	465	(1)-	(1)-	(1)-
Arvorezinha	0,28	464	0,27	422	1,56
Mampituba	0,28	463	(1)-	(1)-	(1)-
Herveiras	0,28	462	(1)-	(1)-	(1)-
Putinga	0,28	461	0,35	377	-18,84
São Jerônimo	0,28	460	0,22	426	26,67
Unistalda	0,29	459	(1)-	(1)-	(1)-
Miraguaí	0,29	458	0,29	418	-1,26
Ronda Alta	0,29	457	0,38	294	-23,07
Soledade	0,30	456	0,37	327	-19,35
Porto Lucena	0,30	455	0,34	391	-10,97
Palmitinho	0,30	454	0,38	293	-21,21
Cambará do Sul ...	0,31	453	0,43	195	-28,30
Toropi	0,31	452	(1)-	(1)-	(1)-
Gramado Xavier	0,31	451	0,30	413	1,58
Dom Feliciano	0,31	450	0,26	423	19,15
Jaguari	0,31	449	0,38	296	-18,37
Amaral Ferrador ...	0,31	448	0,24	424	27,70
RS	0,45	-	0,45	-	-1,44

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

(1) Município novo.

Apresentaram os piores desempenhos os Municípios de Cambará do Sul (-28,30%), Iraí (-24,22%) e Ronda Alta (-23,07%). Cambará do Sul apresentou uma redução substancial nos Índices da Despesa Social e de Gini, enquanto para Ronda Alta sua redução mais significativa foi no Índice de Gini. A redução mais significativa de Iraí foi no Índice da Despesa Social.

3.4.4.3 - Bloco Renda — os municípios com mais de 100.000 habitantes

O Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1998, apresentava 17 municípios com mais de 100.000 habitantes. Destes, apenas nove classificaram-se acima da média do Índice de Renda encontrado para o Estado (0,45).

Tabela 15

Índice de Renda dos municípios com mais de 100.000 habitantes em 1998 e média do período 1991-96

MUNICÍPIOS	1998			MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	População	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Canoas	289 787	0,61	11	0,58	22	6,30
Caxias do Sul	339 487	0,59	15	0,61	11	-3,06
Porto Alegre	1 292 550	0,54	51	0,54	45	-0,03
Rio Grande	179 966	0,51	93	0,50	79	3,11
Novo Hamburgo ..	235 200	0,50	99	0,58	24	-12,60
Santa Cruz do Sul	103 295	0,50	100	0,51	66	-0,87
Cachoeirinha	101 260	0,50	104	0,52	55	-4,20
Passo Fundo	159 033	0,46	175	0,46	132	0,84
São Leopoldo	185 943	0,45	192	0,48	93	-7,56
Gravataí	213 697	0,44	207	0,49	92	-10,34
Alvorada	170 517	0,43	231	0,49	91	-12,56
Pelotas	309 142	0,42	247	0,48	101	-11,87
Sapucaia do Sul ..	116 742	0,41	279	0,43	197	-3,45
Uruguaiana	123 384	0,41	293	0,53	51	-22,81
Santa Maria	229 153	0,41	296	0,37	306	8,57
Bagé	117 271	0,40	313	0,36	347	10,27
Viamão	205 867	0,39	335	0,42	220	-5,76
RS	9 810 471	0,45	-	0,45	-	-1,44

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

Melhor posicionados ficaram os Municípios de Canoas (0,61), Caxias do Sul (0,59) e Porto Alegre (0,54).

Contribuíram para esses posicionamentos de Canoas e Caxias do Sul, na composição do Índice de Renda, os valores elevados na participação do Índice da Despesa Social e do Índice do PIB *per capita*. Para o município de Porto Alegre, foi significativa a participação do Índice da Despesa Social, a primeira do Estado. Entre os municípios com mais 100.000 habitantes pior posicionados e abaixo da média do Estado (0,45), ficaram Viamão (0,39), Bagé (0,40) e Santa Maria (0,41).

Os maiores incrementos percentuais relacionados ao Índice de Renda de 1998 e comparados com as médias do período 1991-96 foram encontrados em Bagé (10,27%), Santa Maria (8,57%) e Canoas (6,30%).

Os Municípios de Bagé e Canoas tiveram uma melhoria nos Índices da Despesa Social e de Gini, enquanto Santa Maria apenas no Índice de Gini.

As piores situações foram encontradas nas cidades de Uruguaiana (-22,81%), Novo Hamburgo (-12,60%) e Alvorada (-12,56%). Os Municípios de Alvorada e Uruguaiana tiveram uma redução significativa nos seus Índices da Despesa Social e de Gini, enquanto Novo Hamburgo reduziu, significativamente, o seu Índice de Gini.

4 - DESEMPENHO DO ISMA DE 1998 DOS COREDES DO RS

Classificando-se os Coredes pelo índice de 1998, verifica-se que os três primeiros são Metropolitano Delta do Jacuí (0,62), Serra (0,58) e Fronteira Noroeste (0,58); os três piores são Médio Alto Uruguai (0,48), Centro-Sul (0,48) e Nordeste (0,51). Além dos três primeiros no *ranking*, Vale do Rio dos Sinos (0,57) e Norte (0,56) apresentam um índice maior do que o do Estado (0,55). Observa-se que a maioria dos pior classificados está com índices próximos da média do Estado, diferentemente do *ranking* dos municípios em que as diferenças são bastante significativas. Pode-se concluir que a composição por Coredes oculta as situações desfavoráveis de muitos municípios, principalmente os de pequeno porte.

Comparando-se o incremento do índice de 1998 com a média do período 1991-96, verifica-se que os três maiores incrementos são os do Médio Alto Uruguai (11,51%), o qual é o último classificado; Hortênsias (9%); e Nordeste (8,89%), antepenúltimo colocado, significativamente melhor do que o incremento do Estado (2,15%). O único que apresentou um pequeno decréscimo é o Metropolitano Delta do Jacuí (-0,12%), o primeiro classificado. Chama atenção o fato de que os dois maiores incrementos ocorreram nos últimos colocados, entretanto não suficientes para saírem dessa posição incômoda.

As alterações de posição mais significativas do ISMA são as dos Coredes Hortênsias, Campanha, Litoral, Vale do Taquari, Alto Jacuí, Produção e Fronteira Oeste.

Observa-se, visualizando o Mapa 1, que, no limite norte do Estado, há dois dos melhores Coredes classificados, em contraste com outros dois com piores condições de vida, o que bem demonstra as diferenças existentes nessa região limítrofe com Santa Catarina. Já ao sul do Estado, zonas de campanha, praticamente há uma certa homogeneidade nos índices, espelhando uma situação intermediária, predominante também na maioria das regiões, com exceção do eixo da região Metropolitana Delta do Jacuí-Serra, que apresenta índices mais elevados, e do Centro-Sul, penúltimo colocado.

A variação dos índices dos Coredes é de 0,62 a 0,48, com a média do Estado em 0,55; portanto, não há grandes variações como no *ranking* dos municípios, que varia de 0,68 a 0,27. Esse fato demonstra que a aglomeração dos municípios por Coredes oculta situações desfavoráveis em muitos municípios, principalmente nos de pequenas populações.

Tabela 1

Índice Social Municipal Ampliado dos Coredes
em 1998 e média do período 1991-96

COREDES	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Metropolitano Delta do Jacuí	0,62	1	0,62	1	-0,12
Serra	0,58	2	0,57	2	2,52
Fronteira Noroeste	0,58	3	0,55	3	5,27
Vale do Rio dos Sinos	0,57	4	0,55	4	3,40
Norte	0,56	5	0,52	6	5,85
Vale do Caí	0,55	6	0,54	5	2,41
Central	0,54	7	0,52	8	4,21
Sul	0,53	8	0,52	9	2,55
Litoral	0,53	9	0,50	14	6,57
Hortênsias	0,53	10	0,49	18	9,00
Noroeste Colonial	0,53	11	0,50	12	5,20
Paranhana-Encosta da Serra ...	0,53	12	0,51	11	3,31
Produção	0,53	13	0,50	16	6,64
Vale do Taquari	0,53	14	0,52	10	1,89
Campanha	0,53	15	0,52	7	0,54
Missões	0,52	16	0,49	17	6,30
Alto Jacuí	0,52	17	0,50	13	4,43
Fronteira Oeste	0,52	18	0,50	15	3,42
Vale do Rio Pardo	0,52	19	0,48	19	8,01
Nordeste	0,51	20	0,46	20	8,89
Centro-Sul	0,48	21	0,45	21	7,15
Médio Alto Uruguai	0,48	22	0,43	22	11,51
RS	0,55	-	0,54	-	2,15

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

4.1 - ISMA dos blocos de índices

4.1.1 - Bloco Condições de Domicílio e Saneamento

Classificando-se os Coredes pelo índice de 1998, verifica-se que os três primeiros são Metropolitano Delta do Jacuí (0,84), Campanha (0,76) e Sul (0,74); e os três últimos são Médio Alto Uruguai (0,47), Paranhana-Encosta da Serra (0,48) e Vale do Taquari (0,51). Além dos três primeiros no *ranking*, o Corede Central (0,70) apresenta um índice maior do que a média do Estado (0,66).

Comparando-se o incremento do índice de 1998 com a média do período 1991-96, observa-se que os três maiores são os do Médio Alto Uruguai (12,44%), o qual é o pior classificado, o das Hortênsias (9,06%) e o do Norte (6,07%). Os três que apresentaram decréscimo são os do Litoral (-2,47%), do Sul (-0,19%) e do Vale do Taquari (-0,18%), sendo este classificado em antepenúltimo lugar.

Em relação à média do incremento do Estado (1,78%), há 14 Coredes com crescimento maior, indicando que houve investimentos, principalmente, na expansão do atendimento dos domicílios urbanos por água tratada.

Tabela 2

Índice de Condições de Domicílio e Saneamento dos Coredes em 1998 e média do período 1991-96

COREDES	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Metropolitano Delta do Jacuí	0,84	1	0,82	1	2,45
Campanha	0,76	2	0,76	2	0,37
Sul	0,74	3	0,74	3	-0,19
Central	0,70	4	0,69	4	1,88
Fronteira Oeste	0,62	5	0,62	5	0,23
Alto Jacuí	0,61	6	0,59	7	3,51
Hortênsias	0,61	7	0,56	11	9,06
Serra	0,60	8	0,57	8	4,66
Vale do Rio dos Sinos	0,59	9	0,59	6	0,18
Vale do Rio Pardo	0,59	10	0,56	10	5,53
Centro-Sul	0,58	11	0,56	9	3,46
Fronteira Noroeste	0,58	12	0,55	12	5,00
Produção	0,57	13	0,55	14	4,94
Missões	0,57	14	0,55	15	4,84
Noroeste Colonial	0,57	15	0,54	16	4,81
Nordeste	0,55	16	0,53	17	4,22
Norte	0,55	17	0,52	18	6,07
Litoral	0,54	18	0,55	13	-2,47
Vale do Caí	0,51	19	0,51	19	0,50
Vale do Taquari	0,51	20	0,51	20	-0,18
Paranhana-Encosta da Serra	0,48	21	0,48	21	0,51
Médio Alto Uruguai	0,47	22	0,41	22	12,44
RS	0,66	-	0,65	-	1,78

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

4.1.2 - Bloco Educação

Em 1998, o valor do índice do bloco Educação do Estado era de 0,63 e, no período 1991-96, de 0,60, como já foi afirmado anteriormente. No período 1991-96, entre os 22 Coredes existentes, observa-se que há 10 Coredes com índices abaixo de 0,60. Em 1998, essa situação melhora, pois oito Coredes estão abaixo do índice 0,63.

Destacam-se como os três melhor classificados, em 1998, os Coredes da Fronteira Noroeste (0,75), da Serra (0,72) e do Norte (0,70). Os três pior classificados são: Centro-Sul (0,51), Sul (0,53) e Campanha (0,55).

O desempenho dos três Coredes melhor classificados deve-se à pontuação dos indicadores: Taxa de Analfabetismo e Taxa de Evasão no Ensino Fundamental. Esses mesmos indicadores foram decisivos para os Coredes pior classificados.

Os maiores avanços no índice do bloco Educação em 1998 em relação à média do período 1991-96 ocorreram nos Coredes Médio Alto Uruguai, Hortênsias e Paranhana-Encosta da Serra. Nos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Campanha, ocorreu um retrocesso no Índice de Educação em 1998.

Tabela 3

Índice de Educação dos Coredes em 1998 e média do período 1991-96

COREDES	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Fronteira Noroeste	0,75	1	0,70	2	6,00
Serra	0,72	2	0,70	1	2,72
Norte	0,70	3	0,67	3	4,32
Produção	0,69	4	0,62	8	8,84
Alto Jacuí	0,68	5	0,63	6	5,83
Vale do Caí	0,67	6	0,65	4	2,27
Vale do Taquari	0,67	7	0,63	7	4,50
Noroeste Colonial	0,66	8	0,61	9	6,72
Missões	0,65	9	0,60	12	6,94
Paranhana-Encosta da Serra	0,65	10	0,57	15	10,38
Hortênsias	0,64	11	0,55	17	12,24
Vale do Rio dos Sinos	0,64	12	0,61	11	3,31
Nordeste	0,63	13	0,57	14	6,90
Metropolitano Delta do Jacuí	0,63	14	0,64	5	-1,57
Central	0,62	15	0,61	10	0,83
Litoral	0,60	16	0,54	18	8,58
Fronteira Oeste	0,60	17	0,58	13	2,72
Vale do Rio Pardo	0,59	18	0,54	19	6,47
Médio Alto Uruguai	0,58	19	0,49	21	14,93
Campanha	0,55	20	0,56	16	-0,15
Sul	0,53	21	0,52	20	0,82
Centro-Sul	0,51	22	0,48	22	5,84
RS	0,63	-	0,60	-	3,26

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

4.1.3 - Bloco Saúde

Os Coredes que tiveram melhor avaliação em 1998 foram os do Vale do Caí (0,54), Fronteira Noroeste (0,52) e Litoral (0,52). Os Coredes que tiveram as maiores evoluções em 1998 em relação à média do período 1991-96 foram Fronteira Oeste (25,65%), Nordeste (20,39%) e Litoral (19,55%). Os piores foram os da Campanha (-5,29%), Metropolitan Delta Jacuí (0,64%) e Vale do Rio Taquari (3,08). Deve-se destacar que o Corede da Campanha foi o único que apresentou decréscimo no seu índice, fato explicado pela elevação da Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos.

Tabela 4

Índice de Saúde dos Coredes em 1998 e média do período 1991-96

COREDES	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Vale do Caí	0,54	1	0,51	1	5,41
Fronteira Noroeste	0,52	2	0,49	2	6,13
Litoral	0,52	3	0,43	7	19,55
Norte	0,50	4	0,46	4	7,72
Vale do Rio dos Sinos	0,49	5	0,42	10	16,68
Metropolitano Delta Jacuí	0,49	6	0,49	3	0,64
Noroeste Colonial	0,47	7	0,44	6	7,89
Serra	0,47	8	0,45	5	4,58
Missões	0,46	9	0,41	12	11,36
Paranhana-Encosta da Serra	0,46	10	0,43	9	6,08
Médio Alto Uruguai	0,45	11	0,42	11	7,79
Vale do Rio Taquari	0,44	12	0,43	8	3,08
Hortênsias	0,44	13	0,38	17	16,04
Vale do Rio Pardo	0,43	14	0,37	19	15,76
Sul	0,43	15	0,38	18	15,43
Central	0,43	16	0,40	13	7,59
Alto Jacuí	0,42	17	0,38	15	11,56
Produção	0,42	18	0,39	14	5,44
Fronteira Oeste	0,41	19	0,33	22	25,65
Nordeste	0,41	20	0,34	21	20,39
Centro-Sul	0,41	21	0,35	20	16,77
Campanha	0,36	22	0,38	16	-5,29
RS	0,47	-	0,45	-	4,74

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

4.1.4 - Bloco Renda

A análise do desempenho do Índice de Renda de 1998 para os 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul revela uma variação regional de índices entre 0,38 e 0,54, para uma média estadual de 0,45.

Tabela 5

Índice de Renda dos Coredes em 1998 e média do período 1991-96

COREDES	1998		MÉDIA 1991-96		Δ% A/B
	Índice (A)	Ordem	Índice (B)	Ordem	
Vale do Rio dos Sinos	0,54	1	0,56	2	-3,27
Serra	0,53	2	0,54	3	-2,05
Paranhana-Encosta da Serra	0,53	3	0,57	1	-6,54
Metropolitano Delta do Jacuí	0,50	4	0,51	4	-1,16
Vale do Taquari	0,49	5	0,50	5	-1,18
Vale do Caí	0,48	6	0,49	6	-1,23
Litoral	0,47	7	0,47	8	0,36
Norte	0,47	8	0,45	11	4,17
Vale do Rio Pardo	0,46	9	0,43	13	6,36
Fronteira Noroeste	0,46	10	0,45	10	1,23
Fronteira Oeste	0,44	11	0,47	7	-6,30
Nordeste	0,44	12	0,41	16	5,90
Sul	0,44	13	0,44	12	-1,50
Hortênsias	0,43	14	0,46	9	-4,97
Produção	0,43	15	0,42	15	3,96
Campanha	0,43	16	0,39	19	8,55
Central	0,43	17	0,39	21	10,97
Missões	0,42	18	0,41	17	1,05
Noroeste Colonial	0,41	19	0,42	14	-1,97
Centro-Sul	0,41	20	0,39	20	4,41
Médio Alto Uruguai	0,40	21	0,38	22	5,06
Alto Jacuí	0,38	22	0,40	18	-4,86
RS	0,45	-	0,45	-	-1,44

FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: A variação percentual foi calculada utilizando-se todas as casas decimais do índice de 1998 e do índice médio do período 1991-96.

Os Coredes do Vale do Rio dos Sinos (0,54), Serra (0,53), Paranhana-Encosta da Serra (0,53) e Metropolitano Delta do Jacuí (0,50) apresentaram as melhores posições. Ressalta-se, no entanto, que estes apresentaram decréscimos em 1998.

A posição do Corede Paranhana-Encosta da Serra foi influenciada pelo seu desempenho no Índice de Gini, enquanto a posição dos três outros se deve ao Índice da Despesa Social.

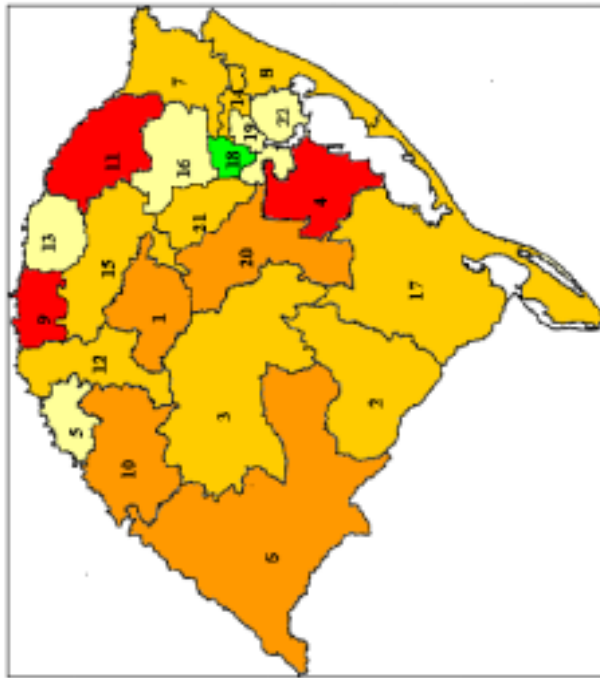
Os piores índices estão situados nos Coredes do Alto Jacuí (0,38), Médio Alto Uruguai (0,40) e Centro-Sul (0,41), influenciados pelo baixo índice da Despesa Social e do PIB *per capita*.

Relacionando os incrementos percentuais entre o ano de 1998 e a média do período 1991-96, os melhores resultados estão nos Coredes Central (10,97%), Campanha (8,55%) e Vale do Rio Pardo (6,36%). Os dois primeiros foram influenciados pelos Índices da Despesa Social e de Gini, ao passo que o Vale do Rio Pardo, pelos índices do PIB *per capita* e de Gini.

As maiores reduções ocorreram nos Paranhana-Encosta da Serra (-6,54%), Fronteira Oeste (-6,30%) e Hortênsias (-4,97%). O Corede Paranhana-Encosta da Serra foi influenciado por um decréscimo nos Índices da Despesa Social e de Gini, enquanto a situação dos dois outros se deve a um decréscimo nos Índices da Despesa Social e do PIB *per capita*.

Mapa 1

Índice Social Municipal Ampliado dos Coredes do Rio Grande do Sul — 1998



Nº	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	ÍNDICE
22	METROPOLITANO DELTA DO JACUI	0,62
16	SERRA	0,58
5	FRONTEIRA NOROESTE	0,58
19	VALE DO RIO DOS SINOS	0,57
13	NORTE	0,56
18	VALE DO CAÍ	0,55
3	CENTRAL	0,54
17	SUL	0,53
8	LITORAL	0,53
7	HORTÊNSIAS	0,53
12	NOROESTE COLONIAL	0,53
14	PARANAMA/ENCOSTA DA SERRA	0,53
15	PRODUÇÃO	0,53
21	VALE DO TAQUARI	0,53
2	CAMPANHA	0,53
18	HISSÓES	0,52
1	ALTO JACUI	0,52
6	FRONTEIRA OESTE	0,52
20	VALE DO RIO PARDO	0,52
11	NORDESTE	0,51
4	CENTRO-SUL	0,48
9	MEIO ALTO IRIGUAY	0,48
MÉDIA DO ESTADO		0,55

NOTA: 1. Os Coredes foram estratificados em cinco grupos.

2. As regiões estão classificadas por cores; as mais escuras indicam os piores índices.

3. O ISMA de uma das regiões é igual ao da média do Estado.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, faz-se a comparação do desempenho do ISMA de 1991 e com o de 1998, ou seja, os extremos do período de estudo, a fim de facilitar a identificação das alterações ocorridas.

Em 1991, o ISMA do Estado era de 0,53, encontrando-se 19,35% dos municípios acima desse valor e 80,65% abaixo. Em 1998, o ISMA foi de 0,55, verificando-se que 21,30% dos municípios estavam acima desse valor e 78,70% abaixo. Conclui-se, portanto, que, nesses oito anos, não houve uma significativa redução no número dos municípios abaixo da média do Estado. Esse fato aponta uma diminuição da desigualdade entre os municípios melhor e pior classificados.

Na análise comparativa dos índices do ISMA e dos seus quatro blocos em 1991 e 1998, observou-se que:

- o índice do ISMA para o Estado, em 1991, era de 0,53 e, em 1998, foi de 0,55;
- o bloco Condições de Domicílio e Saneamento apresentou uma variação de 0,65 para 0,66;
- o bloco Educação apresentou uma variação de 0,59 para 0,63;
- o bloco Saúde apresentou uma variação de 0,45 para 0,47; e
- o bloco Renda apresentou uma variação de 0,46 para 0,45.

Essa comparação revela uma diminuição das desigualdades (3,77%) entre os municípios ao longo dos oito anos.

Acima da média do ISMA do Estado ficaram os blocos Condições de Domicílio e Saneamento e Educação. Abaixo da média, ficaram os blocos Saúde e Renda, piorando neste último.

A partir da análise da série 1991-98 do ISMA e de seus quatro blocos de indicadores, observam-se as seguintes tendências, de acordo com o Gráfico 1:

- o ISMA apresentou uma tendência de redução das desigualdades, no conjunto de municípios, de 3,38% em relação ao ano de 1991;
- o bloco Condições de Domicílio e Saneamento apresentou uma leve tendência de crescimento (2,79%);
- o bloco Educação apresentou um crescimento de 6,67%;
- o bloco Saúde, menor em relação à média do ISMA do Estado, apresentou um crescimento de 5,65%; e

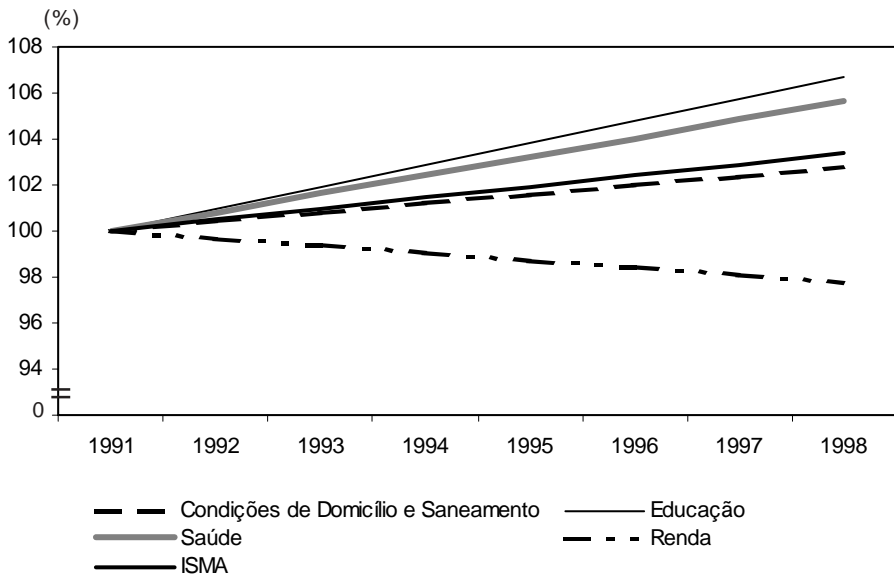
-o bloco Renda, também menor em relação à média do ISMA do Estado, apresentou um decréscimo de 2,23%.

Conclui-se, em relação às tendências nas variações percentuais, que acima da média do crescimento do ISMA situaram-se os blocos Educação e Saúde, ficando abaixo os blocos Condições Domicílio e Saneamento e Renda, que é o único que apresentou um decréscimo que pode ser atribuído à diminuição do Índice da Despesa Social.

O ISMA do Estado, apresentou em 1991, um intervalo nos extremos de seus índices municipais entre 0,24 e 0,67 e, em 1998, entre 0,30 e 0,67. A par de indicar que não houve uma melhora substancial na média, a redução das amplitudes dos índices revela que as desigualdades entre o conjunto de municípios tenderam a decrescer.

Gráfico 1

Evolução do ISMA e de seus blocos para o conjunto dos municípios do Rio Grande do Sul — 1991-98



FONTE: FEE/Núcleo de Informações Sociais.

NOTA: Base de cálculo 1991 = 100.

Porto Alegre manteve-se em primeiro lugar no ISMA, com 0,67, mas evidenciando uma variabilidade nos seus blocos. No bloco Condições de Domicílio e Saneamento, o índice era 0,91 em 1991, passando para 0,97 em 1998. Quanto ao Índice da Coleta do Esgoto Cloacal em Rede Própria, este apresentou uma cobertura de 45,73% dos domicílios urbanos em 1991, passando para 54,37% em 1998; portanto, um avanço razoável nesse indicador, que é o mais carente. No que se refere à Educação, apresentava um índice de 0,69 em 1991, passando para 0,66 em 1998. Essa queda deveu-se, principalmente, à Taxa de Atendimento do Segundo Grau e à Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental. Na Saúde, apresentava um índice de 0,54 em 1991, enquanto, em 1998, apresentava um índice de 0,53. Essa redução deve-se ao Número de Médicos por 10.000 Habitantes. Na Renda, manteve um índice de 0,54 em 1991 e 1998, apesar do aumento na Concentração de Renda com a redução no Índice de Renda de Gini e com a redução no Índice do PIB *per capita* municipal (passou de 0,34 para 0,33).

De acordo com a classificação municipal do ISMA em 1991, o Município de Amaral Ferrador foi o último colocado (0,24). Em 1998, o Município de Benjamin Constant do Sul (criado em 1997) ocupou a última colocação, com o ISMA de 0,30. O penúltimo, nesse último ano, que não era município recém-emancipado, foi o Município de Tunas, com 0,31 de índice, o que confirma a diminuição da amplitude das diferenças para o conjunto dos municípios entre 1991 e 1998.

Agregando-se os dados municipais por regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, observa-se que, em 1991, os limites extremos variaram entre 0,40 e 0,62, enquanto, em 1998, oscilaram entre 0,48 e 0,62. Dos 22 Coredes em 1991, apenas os Metropolitanos do Delta do Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos estavam acima do ISMA para o Estado (0,53). No ano de 1998 (ISMA 0,55), foram acrescentados pelos Coredes Fronteira Noroeste (0,58) e Norte (0,56). Portanto, isso indica que, apesar das alterações nos Coredes, também não houve uma melhora substancial, pois o índice mais elevado foi de 0,62, menor que o dos municípios, que foi de 0,67 no mesmo ano, embora implique uma redução maior das amplitudes das diferenças. A diferença entre os índices extremos dos Coredes foi de 0,22 em 1991, reduzindo-se para 0,14 em 1998.

Verificaram-se as condições de infra-estrutura social existentes nos municípios e nas regiões do Estado, com base em 14 indicadores sociais, dando-se ênfase aos serviços públicos federais, estaduais e municipais. Assim, identificaram-se as áreas mais carentes nos municípios e nos Coredes do Estado.

Bem mais importante do que o simples estabelecimento de *rankings* de municípios e Coredes aqui contemplados, procurou-se, antes de tudo, com este trabalho, contribuir como instrumento auxiliar para a definição de políticas públicas que reduzam gradativamente as desigualdades sócio-econômicas no Estado do Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, VILLELA, Renato (1991). A situação social do Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, org. **A questão social no Brasil**. São Paulo : Nobel. p. 23-104.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1991-1994, 1997, 1998 (2000). Porto Alegre : FEE. CD-Rom.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil (1998). Brasília : PNUD/IPEA/ /FJP/IBGE. CD-Rom.
- AVILA, Glenda, AMBROS, Julia Ortiz, (1998). **Impactos das transformações técnico-produtivas sobre a dinâmica demográfica e a qualidade de vida no meio rural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : FEE.
- BATTALHA, Bem-Hur Luttemborck, PASTORE, Antônio Carlos (1977). **Controle de qualidade da água para consumo humano**. São Paulo : CETESB. 181p.
- BENSUSSAN, Jaques Alberto (1996). Prospectiva da economia brasileira, 1995-2015. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 286-320.
- BENSUSSAN, Jaques Alberto, coord. (2000). **Índice Social Municipal Ampliado para o Rio Grande do Sul 1991-96**. Porto Alegre : FEE (Documentos FEE n. 45), p. 64.
- BRANCO, Samuel Murgel (1986). **Hidrologia aplicada à engenharia sanitária**. (s.n.t.).
- BUSTELO, Eduardo (1994). Hood Robin: ajuste e equidade na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília : IPEA, v. 11, p. 5-48, jun./dez.
- CARDOSO, Alexandre (1998). Brasil: o perfil de um país doente. In: CATÁLOGO Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental; CABES. 18.ed. Rio de Janeiro : ABES. p. 253-259.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1991; características gerais da população e instrução (1994). Rio de Janeiro : IBGE.
- CONDIÇÕES de vida nos municípios de Minas Gerais 1970, 1980 e 1991, AS (1996). Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (1975). **Instituição do sistema de indicadores sociais**. (s.n.t.).

- CONTAGEM da população 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro : IBGE. 2v. CD-Rom.
- COSTA, Tereza Cristina Nascimento A. (1975). Considerações teóricas sobre o conceito de indicador social: uma proposta de trabalho. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 142, p. 167-176, abr./jun.
- CRIANÇAS e adolescentes: indicadores sociais banco de dados em formato tabular: censo demográfico de 1991(1995). Rio de Janeiro : IBGE/UNICEF (Disquete).
- CRIANÇAS e adolescentes: indicadores sociais; Rio Grande do Sul (1994). Rio de Janeiro : IBGE. (Ed. especial).
- RIO GRANDE DO SUL (1994a). **Decreto n. 35.764, de 28 de dezembro de 1994**. Regulamenta a Lei n.10.283, de 17 de outubro, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- DESENVOLVIMENTO humano e condições de vida: indicadores brasileiros (1998). Brasília: ONU-PNUD.
- DESPESA municipal por função — período 1991, 1992, 1993, 1994 (1999). Disponível em: <http://www.tce.rs.gov.br/> Acesso em: 10 de mar.
- DESPESA municipal por função — período 1995 (1999). Disponível em: <http://www.tce.rs.gov.br/> Acesso em: 13 de jan.
- DESPESA municipal por função — período 1996 (1998). Disponível em: <http://www.tce.rs.gov.br/> Acesso em: 20 de nov.
- DESPESA municipal por função — período 1997 e 1998 (2000). Disponível em: <http://www.tce.rs.gov.br/> Acesso em: 9 de nov.
- DIMENSÕES das carências sociais: informações municipais, Rio Grande do Sul (1996). Rio de Janeiro : IBGE; IPEA.
- ESTATÍSTICAS DE NASCIMENTO: SINASC; 1992,1993,1994,1995 (1996). Porto Alegre: Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente/NIS.
- ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL (1991). Rio de Janeiro : IBGE.
- HACIA un sistema de estadísticas sociales y demográficas (1975). Nueva York : ONU. 209p. (Estúdios de métodos, série F, 18).
- ÍNDICE de desenvolvimento social (1997). Porto Alegre: Metroplan. (mimeo).
- ÍNDICE de desenvolvimento social dos municípios baianos segundo seus componentes — 1996 (1999). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/info.basicas.asp> Acesso em: 12 de abr.

- ÍNDICE de qualidade dos municípios (1997). Rio de Janeiro : CIDE. (mimeo).
- RIO GRANDE DO SUL (1994). **Lei estadual n. 10.283, de 17 de outubro 1994**. Dispõe sobre a criação e estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Porto Alegre: [s.n.].
- LIMA, Décio et.al. (1992). **Indicadores sociais selecionados para o RS**. Porto Alegre : FEE. (Série Delta, documento interno FEE).
- MAGALHÃES, Tânia (1998). **Saneamento**: ação de saúde pública. In: CATÁLOGO Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental; CABES. 18. ed. Rio de Janeiro: ABES. p. 227-252.
- MÉDICI, André César (1990). Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil (notas para uma discussão). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas: ABEP, v. 7, n. 2, p. 191-206.
- MORTALIDADE CID-10; Óbitos por residência por município e faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos, período 1998 (2000). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 30 de nov.
- MORTALIDADE CID-10; Óbitos por residência por município e faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos, período 1997 (2000). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 18 fev.
- MORTALIDADE CID-10; Óbitos por residência por município e faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos, período 1996 (1999). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 12 abr.
- MORTALIDADE CID-9; Óbitos por residência por município e faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos, período 1995 (1999). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 17 de maio.
- MORTALIDADE CID-9; Óbitos por residência por município e faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos, período 1994 (1999). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 7 jun.
- NASCIDOS vivos; nascimentos por residência da mãe por município e peso ao nascer, período 1995 (1999). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 17 maio.
- NASCIDOS vivos; nascimentos por residência da mãe por município e peso ao nascer, período 1996 (2000). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 12 abr.
- NASCIDOS vivos; nascimentos por residência da mãe por município e peso ao nascer, período 1997 (2000). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 14 abr.

- NASCIDOS vivos; nascimentos por residência da mãe por município e peso ao nascer, período 1998 (2000). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/dxrs.def> Acesso em: 5 dez.
- OLIVEIRA, Walter Engrácia (1987). Importância do abastecimento de água: a água na transmissão de doenças. In: **TÉCNICA de abastecimento e tratamento de água**. São Paulo: CETESB. cap. 1, p. 1-28.
- OLIVEIRA, Walter Engrácia (1987). Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas das águas; padrões de potabilidade e controle de qualidade. In: **TÉCNICA de abastecimento e tratamento de água**. São Paulo : CETESB. cap. 2, p. 29-67.
- PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL (1998). **Relatório de indicadores sociais de Porto Alegre**. 2.ed. Porto Alegre.
- PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL (1999). **Relatório de indicadores sociais de Porto Alegre**. Porto Alegre.
- PUIG, Hélios González (1993). **Urbanização da periferia**: a dicotomia entre as políticas públicas e a realidade: o caso da Vila Nova Brasília. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PUIG, Hélios González (1997). **Saneamento**. Porto Alegre : FEE. (Descentralização das políticas sociais no RS-1986-94).
- PUIG, Hélios González et al. (1998). **Indicadores sociais selecionados para o Brasil e o Rio Grande do Sul nas décadas de 80 e 90**. Porto Alegre : FEE/NSI. (mimeo).
- RATTNER, Henrique (1977). Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro : FGV, v. 17, n. 1, p. 21-27.
- RATTNER, Henrique (1979). **Planejamento e bem-estar social**. São Paulo : Perspectiva.
- REDE hospitalar do SUS; leitos por município, período: dez/1991; dez/1992; dez/1993; dez/1994; dez/1995; dez/1996 (1999). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cxrs.def> Acesso em: 31 maio.
- REDE hospitalar do SUS; leitos por município, período: dez/1997; dez/1998 (2000). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cxrs.def> Acesso em: 18 fev.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (1991-1998). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

- RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil (1996). Rio de Janeiro : IPEA ; Brasília : PNUD.
- ROCHA, Sônia (1990). Pobreza-renda e indicadores sociais como critérios complementares. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília : IPEA, n. 4, p. 67-88, dez.
- RODRIGUES, Maria C. P. (1994). O desenvolvimento social nos estados brasileiros. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, v. 48, n. 3, p. 52-55.
- SANTAGADA, Salvatore (1988). **Notas sobre os indicadores sociais**. Porto Alegre : FEE. 28p. (Documento "CMQ", n. 20; mimeo)
- SANTAGADA, Salvatore (1990). A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 121-143.
- SANTAGADA, Salvatore (1993). Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 245-255.
- SANTAGADA, Salvatore, WINKLER, Carlos Roberto (1997). **Educação**. Porto Alegre : FEE. (Descentralização das políticas sociais no RS – 1986-94).
- SANTOS, Wanderley G., coord. (1990). **Que Brasil é este?** manual de indicadores políticos e sociais. São Paulo: Vértice ; Revista dos Tribunais.
- SEMINÁRIO de Desenvolvimento Regional (1999). Porto Alegre : Secretaria de Coordenação e Planejamento.
- SILVA, Lenildo F. (1989). A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística IBGE e a produção de estatísticas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, n. 193, p. 37-53, jan./jun.
- SILVEIRA, Fernando G., MENEGHETTI NETO, Alfredo (1998). **Estratificação dos municípios gaúchos segundo indicadores sintéticos das condições sociais e os gastos em assistência social**. Porto Alegre : FEE. (mimeo).
- SILVEIRA, Fernando Gaiger, SAMPAIO, Maria Helena A. de (1996). **Índice de Desenvolvimento Social**: uma estimativa para os municípios do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE. 39p. (Documentos FEE).
- SINOPSE preliminar do Censo Demográfico de 2000 (2001). Rio de Janeiro: IBGE. CD-Rom.
- SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 1989 (1998). Brasília : UNICEF.
- SLIWIANY, Regina Maria (1987). **Estatística social**: como medir a qualidade de vida. Curitiba : Araucária Cultural. 108p.

- SOUTO, Anna Luiza Salles et al. (1995). **Como reconhecer um bom governo?** O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida. São Paulo : Pólis. (Pólis, 21).
- VENEU, Fernanda (1996). O uso das informações favoreceria muitos os movimentos sociais. **Jornal da Cidadania**. Rio de Janeiro, p. 3, 1 a 15 out.
- WINCKLER, Carlos R., MOURA NETO, Bolivar T. (1992). Welfare State à brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 108-150.

EDITORAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira.

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Lenoir Buss, Rejane Maria Lopes dos Santos.

Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schimitt Hübner.

Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.

Capa: Paulo Sérgio Sampaio Ribeiro.